GlobalResearch
Center for Research on Globalization

Os 70 Anos aa NATO: De Guerra em Guerra

By Comité No Guerra no Nato
Global Research, April 18, 2019
COMITE NO GUERRA NO NATO

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA PELO CNGNN NO CONGRESSO INTERNACIONAL DO 70º ANIVERSÁRIO DA NATO, FLORENÇA, 7 DE ABRIL DE 2O19

ÍNDICE

1. A NATO nasce da Bomba
2. A NATO renova-se, após a Guerra Fria
3. A NATO destrói o Estado Jugoslavo
4. A NATO expande-se para Leste, para a Rússia
5. USA e NATO atacam o Afeganistão e o Iraque
6. A NATO destrói o Estado líbio
7. A guerra USA/NATO para demolir a Síria
8. Israel e emirados na NATO
9. A orquestração USA/NATO no golpe na Ucrânia
10. A Escalada USA/NATO na Europa
11. O porta-aviões Itália, na frente da guerra
12. USA e NATO rejeitam o tratado da ONU e implantam novas armas nucleares na Europa
13. USA e NATO destroem o Tratado INF
14. O Império Americano do Ocidente lança a cartada da guerra
15. O sistema de guerra planetária USA/NATO
16. Para sair do sistema de guerra da NATO

1. A NATO nasce da Bomba

Os acontecimentos que preparam o nascimento da NATO iniciam-se com o bombardeio atómico de Hiroshima e Nagasaki, efectuados pelos Estados Unidos, em Agosto de 1945, não para derrotar o Japão, agora numa situação de caos extremo, mas para sair da Segunda Guerra Mundial com a máxima vantagem possível, especialmente, sobre a União Soviética. Este facto é possível devido ao facto de que, naquela época, os Estados Unidos são os únicos a possuir a arma nuclear.

Somente um mês após o bombardeamento de Hiroshima e Nagasaki, em Setembro de 1945, o Pentágono já calcula que seriam necessárias cerca de 200 bombas nucleares contra um inimigo do tamanho URSS. Em 5 de Março de 1946, o discurso de Winston Churchill sobre a “Cortina de Ferro” abre oficialmente a Guerra Fria. Logo depois, em Julho de 1946, os EUA realizaram o primeiro teste nuclear no atol Bikini (Ilhas Marshall, Oceano Pacífico) para avaliar os efeitos sobre um grupo de navios já fora do activo e milhares de cobaias/ porquinhos-da-Índia. Participam na operação, mais de 40 mil militares e civis americanos,

com mais de 250 navios, 150 aviões e 25 mil detectores de radiação.

Em 1949, o arsenal dos EUA sobe para cerca de 170 bombas nucleares. Neste ponto, os Estados Unidos estão seguros de ter bombas suficientes para atacar a União Soviética em pouco tempo. Nesse mesmo ano, no entanto, falha o plano dos EUA para conservar o monopólio das armas nucleares. Em 29 de Agosto de 1949, a União Soviética efectua a sua primeira explosão nuclear experimental. Alguns meses antes, em 4 de Abril de 1949, quando em Washington sabem que a União Soviética está prestes a ter a bomba e está quase a iniciar a corrida armamentista nuclear, os Estados Unidos criam a NATO. A Aliança, sob comando USA, durante a Guerra Fria, compreende 16 países: EUA, Canadá, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Grécia, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Portugal, Espanha e Turquia. Através desta aliança, os Estados Unidos mantêm o seu domínio sobre os aliados europeus, usando a Europa como linha da frente contra a União Soviética.

Seis anos após a NATO, em 14 de Maio de 1955, nasce o Pacto de Varsóvia, incluindo a União Soviética, Bulgária, Checoslováquia, Polónia, República Democrática Alemã, Roménia, Hungria, Albânia (esta de 1955 até 1968).

Quando começa o confronto nuclear entre os EUA e a URSS, a Grã-Bretanha e a França, ambas membros da NATO, estão também a diligenciar, equipar-se com armas nucleares. A primeira a conseguir é a Grã-Bretanha, que em 1952 efectua uma explosão experimental na Austrália. A vantagem da NATO aumenta ainda mais quando, em 1º de Novembro do mesmo ano, os EUA fazem explodir a sua primeira bomba H (hidrogénio). Em 1960, os países da NATO com armas nucleares sobem para três, quando a França explode a sua primeira bomba nuclear em Fevereiro, no Saara.

Enquanto está em pleno desenvolvimento a corrida aos armamentos nucleares, em Outubro de 1962, surge a crise dos mísseis em Cuba: após a falhada invasão armada da ilha, em Abril de 1961, levada a cabo por exilados apoiados pela CIA americana, a União Soviética decide fornecer a Cuba mísseis balísticos de alcance médio e intermédio. Os Estados Unidos empreendem o bloqueio naval da ilha e colocam em alerta, as forças nucleares: mais de 130 mísseis balísticos intercontinentais estão prontos para ser lançados; 54 bombardeiros com armas nucleares a bordo são acrescentados aos 12, que o Comando Aéreo estratégico mantém sempre em vôo, vinte e quatro horas por dia, prontos para ataques nucleares. Naquela época, os Estados Unidos têm mais de 25.500 armas nucleares, às quais se juntam cerca de 210 britânicas, enquanto a URSS tem cerca de 3.350. A crise, que leva o mundo ao limiar de uma guerra nuclear, é atenuada pela decisão Soviética de não instalar mísseis em troca dos EUA levantarem o bloqueio e respeitarem a independência de Cuba.

Ao mesmo tempo, a China está a tentar adquirir armas nucleares e, em Outubro de 1964, faz explodir sua primeira bomba de urânio e, em menos de três anos, a sua primeira bomba H.

A par e passo com o crescimento do seu arsenal, o Pentágono desenvolve planos operacionais detalhados de guerra nuclear contra a URSS e contra a China. Um documento de 800 páginas – tornado público em 2015 pelo arquivo do governo dos EUA – contém uma lista (até então secreta) de milhares de alvos na URSS, Europa Oriental e China que os EUA se preparavam para destruir com armas nucleares durante a Guerra Fria. Em 1959, o ano a que se refere a "Target list = lista dos alvos", os EUA têm mais de 12.000 ogivas nucleares, mais cerca de 80 britânicas, enquanto a URSS tem cerca de mil e a China ainda não tem

nenhuma. Sendo também superior em vectores/transportadores (bombardeiros e mísseis), o Pentágono considera viável, um ataque nuclear.

Entre os estrategas norte-americanos – relatará Paul Johnstone, analista do Pentágono durante duas décadas (1949-1969) para o planeamento da guerra nuclear, contará depois a história – naquela época havia a convicção de que os Estados Unidos, num ataque nuclear sofreriam sérios danos e muitos milhões de mortes e continuariam a existir como nação organizada e viável, e no final prevaleceriam, enquanto a União Soviética não seria capaz de fazê-lo. (From MAD to Madness: Inside Pentagon Nuclear War Planning)

Entre o final dos anos sessenta e o início dos anos setenta, os EUA têm cerca de 9.000 armas nucleares instaladas fora do seu território: cerca de 7.000 em países europeus da NATO, 2.000 em países asiáticos (Coreia do Sul, Filipinas, Japão). Além destas, eles têm 3.000 armas a bordo de submarinos e outras unidades navais, que podem, a qualquer momento, partir de posições avançadas, contra a União Soviética e outros países. A URSS, que não tem bases avançadas fora de seu território perto dos Estados Unidos (porém, do qual pode se aproximar com submarinos nucleares), tenta demonstar que, se fosse atacada, poderia lançar uma retaliação devastadora. Para confirmá-lo, num teste realizado em 20 de Outubro de 1961, explode a mais poderosa bomba de hidrogénio já experimentada, a «Zar» de 58-megaton, equivalente a quase 4.500 bombas de Hiroshima. Ao mesmo tempo, a União Soviética prepara uma arma espacial: um míssil que, colocado em órbita ao redor da Terra, poderia atacar os Estados Unidos a qualquer momento com uma ogiva nuclear.

Nesta altura, os Estados Unidos, em dificuldades, propõem à União Soviética um tratado sobre o uso pacífico do espaço. Assim, é assinado, em Janeiro de 1967, o Tratado sobre o Espaço Exterior, que proíbe a colocação de armas nucleares na órbita da Terra, na Lua ou noutros corpos celestes, ou de qualquer maneira, estacioná-las no espaço exterior.

Logo a seguir, em Julho de 1968, foi assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética promovem-no, preocupados com o facto de outros países quererem entrar no círculo das potências nucleares. O Artigo 1 declara: “Cada um dos Estados nucleares militares compromete-se a não transferir armas nucleares para ninguém”. O Artigo 2 estabelece: ‘Cada um dos Estados militarmente nucleares, que faz parte do Tratado, compromete-se a não receber de ninguém, armas nucleares ou outros engenhos explosivos nucleares, nem o controlo sobre tais armas e engenhos explosivos, directa ou indirectamente’. As potências nucleares comprometem-se a prosseguir as negociações sobre um tratado que estabeleça o desarmamento geral sob controlo internacional (Artigo 6). A Itália assina o TNP em 1969, e ratifica-o em 1975.

Enquanto os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a União Soviética procuram impedir com o Tratado de Não-Proliferação que outros países entrem no clube nuclear, do qual, em 1968, fazem parte de cinco membros, um sexto país infiltra-se no círculo das potências nucleares,conseguindo não só entrar, mas, uma vez lá dentro, torne-se oficialmente invisível: o convidado de pedra (convidado invisível) é Israel. Ao mesmo tempo que, em 1968, foi aberto para assinatura o Tratado de Não-Proliferação, Israel já está a empregar secretamente as suas primeiras armas nucleares. Nos anos 70 e 80, também a África do Sul, a Índia e o Paquistão começaram a construir armas nucleares. Em 1986, o arsenal mundial atinge o nível mais alto: cerca de 65.000 armas nucleares.

É nesta fase que a Europa está a ser transformada na linha de frente do confronto nuclear entre as duas superpotências. Entre 1976 e 1980, a URSS instalou mísseis balísticos de

alcance intermédio no seu território. Baseados no facto de que, a partir do território soviético, eles podem atingir a Europa Ocidental, a NATO decide instalar na Europa, a partir de 1983, mísseis nucleares norte-americanos de alcance médio: 108 mísseis balísticos Pershing II na Alemanha e 464 mísseis de cruzeiro lançados do solo, distribuídos entre a Grã-Bretanha, a Itália, a Alemanha Ocidental, a Bélgica e os Países Baixos.

Em menos de 10 minutos após o lançamento, os Pershing II americanos, inseridos na Alemanha, podem atingir as bases e cidades soviéticas, incluindo Moscovo, com as suas ogivas nucleares. Ao mesmo tempo, os mísseis de cruzeiro americanos instalados em Comiso e noutras bases europeias, voando a velocidades subsónicas e a uma altitude de algumas dezenas de metros ao longo do contorno do terreno, podem escapar ao radar e atingir as cidades soviéticas. Por sua vez, os SS-20 distribuídos no território soviético podem atingir, em menos de 10 minutos a partir do lançamento, as bases e as cidades da Europa Ocidental.

Em Itália, nos meados dos anos oitenta, além das 112 ogivas nucleares em mísseis de cruzeiro estabelecidos em Comiso, existem outras armas nucleares americanas num total estimado em cerca de 700. Elas são constituídas, principalmente, de minas de demolição atómica, projecteis nucleares de artilharia e mísseis nucleares de curto alcance, destinadas a serem utilizadas em Itália. Isto indica que a Itália é considerada pelo Pentágono como um simples peão a ser sacrificado, um campo de batalha nuclear para ser transformado num deserto radioactivo.

Durante a Guerra Fria, de 1945 a 1991, acumula-se no mundo um arsenal nuclear que, na década de oitenta, atinge, provavelmente, 15.000 megatons, o equivalente a mais de um milhão de bombas de Hiroshima. É como se cada habitante do planeta estivesse sentado sobre 3 toneladas de TNT. O poder do arsenal nuclear excede 5.000 vezes o de todos os dispositivos explosivos usados na Segunda Guerra Mundial. Cria-se, pela primeira vez na História, uma força destrutiva que pode apagar da face da Terra, não apenas uma vez, mas muitas vezes, a espécie humana e quase qualquer outra forma de vida.

2. A NATO renova-se, após a Guerra Fria

Na segunda metade dos anos oitenta, o clima da Guerra Fria começa a mudar. O primeiro sinal do degelo é o Tratado sobre as Forças intermédias Nucleares (INF), assinado em Washington, em 8 de Dezembro de 1987, pelos Presidentes Reagan e Gorbachev: de acordo com o mesmo, os Estados Unidos e a União Soviética comprometem-se a eliminar todos os mísseis desta categoria, incluindo os mísseis Pershing II e os mísseis de cruzeiro distribuídos pelos EUA nos países europeus da NATO e os SS-20 instalados pela URSS no seu território. Em Maio de 1991, foram eliminados, no total, 2.692 mísseis desta categoria.

Este resultado importante é devido, principalmente, à “ofensiva do desarmamento”, lançada pela União Soviética de Gorbachev: em 15 de Janeiro de 1986, ela propõe não só retirar os mísseis soviéticos e americanos de alcance intermédio, mas estabelecer um programa abrangente para concretizar a proibição de armas nucleares até ao ano 2000. Em Washington sabem que Gorbachev quer, realmente, a eliminação completa dessas armas, mas também sabem que, no Pacto de Varsóvia e na própria União Soviética, está a acontecer um processo de desintegração, um processo que os Estados Unidos e os seus aliados favorecem por todos os meios possíveis.

3. Após o colapso do Muro de Berlim, em Novembro de 1989, em Julho de 1991,

> dissolve-se o Pacto de Varsóvia: os seis países da Europa Central e Oriental que faziam parte desse mesmo Pacto, agora já não são mais aliados da URSS. Em Dezembro de 1991, dissolve-se a própria União Soviética: em vez de um único Estado, formam-se agora quinze Estados. O desaparecimento da URSS e do seu bloco de alianças cria, na região da Europa e da Ásia Central, uma situação geopolítica inteiramente nova. Ao mesmo tempo, a desintegração da URSS e a crise política e económica profunda que afecta a Federação Russa, marcam o fim da superpotência capaz de rivalizar com os Estados Unidos.

Os Estados Unidos aproveitam, imediatamente, o clima de "distensão" na Europa para concentrar as suas forças na área estratégica do Golfo Pérsico, onde, com uma manobra inteligente, preparam as condições para desencadear o que o Pentágono define como "o primeiro conflito após a Guerra Fria, um acontecimento determinante para a liderança global dos Estados Unidos". Em 17 de Janeiro de 1991 é lançada contra o Iraque "a campanha do bombardeio mais intenso da História": Em 43 dias, a força aérea dos Estados Unidos e dos Aliados (incluindo a dos italianos) lançam contra o Iraque, por meio de 2.800 aviões, 250.000 bombas, incluindo as bombas aglomeradas, que emitem um total de mais de 10 milhões de submunições, enquanto aviões, helicópteros e tanques disparam mais de um milhão de projecteis de urânio empobrecido. Em 23 de Fevereiro, as tropas da coligação, incluindo mais de meio milhão de soldados, lançam a ofensiva terrestre que, depois de cem horas de carnificina, termina com um "cessar-fogo temporário, em 28 de Fevereiro", proclamou o Presidente Bush.

A NATO, apesar de não participar como tal na Guerra do Golfo, fornece o apoio de toda a sua infraestrutura às forças da coligação. Participam no bombardeio, juntamente com as dos EUA, as forças aéreas e navais britânicas, francesas, italianas, gregas, espanholas, portuguesas, belgas, holandesas, dinamarquesas, norueguesas e canadianas, enquanto as forças britânicas e francesas apoiam as forças americanas na ofensiva terrestre.

A nova estratégia é enunciada oficialmente, seis meses após o fim da Guerra do Golfo, na *Estratégia da Segurança Nacional dos Estados Unidos,* publicada pela Casa Branca, em Agosto de 1991. O conceito central é que "os Estados Unidos permanecem o único país com uma força, uma escala e influência em todas as dimensões – política, económica e militar – verdadeiramente global: não existe nenhum substituto para a liderança americana. A nossa responsabilidade, mesmo na nova era, é de importância fundamental e inescapável".

Um documento do Pentágono, elaborado em Fevereiro de 1992, esclarece que "o nosso principal objectivo é evitar o ressurgimento de um novo rival, seja no território da antiga União Soviética ou em qualquer outro lugar, que represente uma ameaça na ordem da anteriormente proposta pela União Soviética. A nova estratégia exige que trabalhemos para impedir que qualquer poder hostil domine uma região cujos recursos seriam suficientes, se rigidamente controlados, de criar uma potência global. Essa estratégia será adoptada em todas as "regiões críticas para a segurança dos EUA, que incluem a Europa, a Ásia Oriental, o Médio Oriente, o sudoeste da Ásia e o território da antiga União Soviética. Também temos interesses importantes na América Latina, na Oceania e na África Subsaariana".

"Uma questão-chave – salienta a Casa Branca na *Estratégia da Segurança Nacional de 1991* – é como será influenciado, o papel da América, de líder da Aliança e, de facto, das nossas próprias alianças, especialmente na Europa, pela redução da ameaça soviética. As diferenças entre os aliados provavelmente tornar-se-ão mais acentuadas assim que diminuir

a tradicional preocupação de segurança, que as fez unir no início." Por outras palavras: os aliados europeus poderiam fazer escolhas divergentes das dos Estados Unidos, questionando a liderança dos EUA ou mesmo deixando a NATO, agora ultrapassada pela nova situação geopolítica. Portanto, é da maior urgência que os Estados Unidos redefinam não só a estratégia, como também o papel da própria NATO.

Em 7 de Novembro de 1991, os chefes de Estado e de Governo dos dezesseis países da NATO, reunidos em Roma, no Conselho do Atlântico, lançaram "O novo conceito estratégico da Aliança". Embora, por um lado, "tenha desaparecido a enorme ameaça monolítica que foi a principal preocupação da Aliança durante os seus primeiros quarenta anos" – afirma o documento – "os riscos que permanecem para a segurança da Aliança são multifacetados e multi direccionais. Portanto, a dimensão militar da nossa Aliança, permanece um factor essencial, mas o facto novo é que ela estará mais do que nunca ao serviço de um conceito amplo de segurança". Deste modo, a Aliança Atlântica redefine o seu papel, fundamentalmente, de acordo com as linhas traçadas pelos EUA.

3. A NATO destrói o Estado Jugoslavo

O "novo conceito estratégico" da NATO é posto em prática nos Balcãs, onde a crise da Federação Jugoslava, devido às contradições entre os grupos de poder e os impulsos centrífugos das repúblicas, atingiu o ponto de ruptura.

Em Novembro de 1990, o Congresso dos Estados Unidos aprovou o financiamento directo de todas as novas formações "democráticas" da Jugoslávia, encorajando tendências separatistas. Em Dezembro, o Parlamento da República da Croácia, controlado pelo partido de Franjo Tudjman, emitiu uma nova Constituição segundo a qual a Croácia é apenas "a pátria dos croatas" e é soberana sobre o seu território. Seis meses depois, em Junho de 1991, além da Croácia, a Eslovénia também proclamou a sua independência. Imediatamente depois, irromperam confrontos entre o exército federal e os separatistas. Em Outubro, na Croácia, o governo Tudjman expulsa mais de 25 mil sérvios, enquanto as suas milícias ocupam Vukovar. O exército federal responde, retomando a cidade. A guerra civil começa a espalhar-se, mas ainda poderia ser interrompida.

Pelo contrário, o caminho tomado, é diametralmente oposto: a Alemanha, comprometida em expandir a sua influência económica e política na região dos Balcãs, em Dezembro de 1991, reconhece unilateralmente a Croácia e a Eslovénia como Estados independentes. Como consequência, no dia seguinte, os sérvios da Croácia proclamam a autodeterminação, constituindo a República Sérvia de Krajna. Em Janeiro de 1992, primeiro o Vaticano e depois a Europa dos Doze reconhecem a Eslovénia e a Croácia. Neste ponto, também a Bósnia-Herzegovina se incendeia, o que, de certa forma, representa todo o conjunto de nós étnicos e religiosos da Federação Jugoslava.

Os capacetes azuis da ONU, enviados para a Bósnia como uma força de interposição entre as facções em luta, são deliberadamente deixados em número insuficiente, sem meios adequados e sem directivas precisas, acabando por se tornar reféns no meio dos combates. Tudo contribui para demonstrar o "fracasso da ONU" e a necessidade de que seja a NATO a tomar conta da situação. Em Julho de 1992, a NATO lança a primeira operação de "resposta à crise", para impor o embargo à Jugoslávia.

Em Fevereiro de 1994, aviões da NATO abatem aviões sérvio-bósnios, que voam sobre a Bósnia. É a primeira acção de guerra desde a fundação da Aliança. Com essa acção, a NATO

viola o artº. 5 da sua Carta Constituinte, visto que a acção bélica não é motivada pelo ataque a um membro da Aliança e é efectuada fora da sua área geográfica.

Apagado o incêndio na Bósnia (onde o fogo permanece sob as cinzas da divisão em Estados étnicos), a NATO lança gasolina no surto de Kosovo, onde está em andamento há anos, uma reivindicação de independência pela maioria albanesa. Através de canais subterrâneos largamente geridos pela CIA, um rio de armas e financiamentos, entre o final de 1998 e o início de 1999, vai alimentar o ELK (Exército de Libertação do Kosovo), o braço armado do movimento separatista kosovar-albanês. Os agentes da CIA informaram posteriormente que entraram no Kosovo em 1998 e 1999, como observadores da OSCE encarregados de verificar o cessar-fogo, fornecendo manuais de treino militar dos Estados Unidos e telefones via satélite ao Exército de Libertação do Kosovo (ELK), para que os comandantes dos guerrilheiros pudessem estar em contato com a NATO e Washington. O ELK pode, assim, lançar uma ofensiva contra as tropas federais e contra os civis sérvios, com centenas de ataques e detenções.

Enquanto os encontros entre as forças jugoslavas e as do ELK provocam vítimas de ambos os lados, uma poderosa campanha político-mediática prepara a opinião pública internacional para a intervenção da NATO, apresentada como o único meio de acabar com a «limpeza étnica» sérvia no Kosovo. O alvo principal é o Presidente da Jugoslávia, Slobodan Milosevic, acusado de "limpeza étnica".

A guerra, denominada «Operação Força Aliada», tem início em 24 de Março de 1999. O papel da Itália é determinante: o governo D'Alema coloca o território italiano, em particular os aeroportos, à inteira disposição das forças armadas dos Estados Unidos e dos outros países, para exercer, como o Presidente do Conselho define, «o direito de ingerência humanitária». Durante 78 dias, descolando, sobretudo, das bases italianas, 1.100 aviões efectuam 38 mil saídas, lançando 23 mil bombas e mísseis. 75% dos aviões e 90 % das bombas e dos mísseis são fornecidos pelos Estados Unidos: Aos EUA pertence a rede de comunicações, de comando, de controlo e dos serviços secretos, através dos quais são conduzidas as operações: «Dos 2.000 objectivos atingidos na Sérvia pelos aviões da NATO – documenta, em seguida, o Pentágono – 1999 foram escolhidos pelos serviços secretos americanos e apenas um, pelos europeus».

Sistematicamente, os bombardeamentos desmantelam as estruturas e as infraestruturas da Sérvia, provocando vítimas, sobretudo entre os civis. Os danos que decorrem para a saúde e para o ambiente, não são quantificáveis. Só da refinaria de Pancevo, surgem, devido aos bombardeamentos, milhares de toneladas de substâncias químicas altamente tóxicas (compreendendo a dioxina e o mercúrio). Outras destruições, na Sérvia e no Kosovo, são provocadas da parte da NATO, pelo emprego maciço de balas de urânio empobrecido, já usadas na guerra do Golfo.

Nos bombardeamentos participam 54 aviões italianos, que atacam os objectivos indicados pelo comando americano. «Pelo número de aviões fomos secundados apenas pelos Estados Unidos. A Itália é um grande país e não se deve surpreender do empenho demonstrado nesta guerra», declara o Presidente do Conselho, D'Alema, durante a visita feita em 10 de Junho de 1999, à base de Amendola, salientando que, para os pilotos que participaram nela, foi "uma grande experiência humana e profissional".

Em 10 de Junho de 1999, as tropas da Federação Jugoslava começam a retirar-se do Kosovo e a NATO põe fim aos bombardeamentos. A resolução 1244 do Conselho de Segurança da

ONU dispõe que a presença internacional deve ter uma substancial participação da NATO. “Hoje a NATO enfrenta a sua nova missão: a de governar”, comenta *The Washington Post.*

Acabada a guerra, são enviados para o Kosovo mais de 60 agentes do FBI, mas não encontraram vestígios de massacres que justificassem a acusação, feita pelos sérvios, de “limpeza étnica”. Slobodan Milosevic, condenado a 40 anos de reclusão pelo Tribunal Penal Internacional de Haia para a antiga Jugoslávia, morre depois de cinco anos de prisão. O mesmo Tribunal exonera-o, em 2016, da acusação de “limpeza étnica”.

O Kosovo, onde os EUA instalam uma grande base militar (Camp Bondsteel), torna-se uma espécie de protectorado da NATO. Ao mesmo tempo, sob a cobertura de “Força da paz”, o antigo ELK no poder, aterroriza e expulsa mais de 250 mil sérvios, rom/ciganos, judeus, e albaneses designados de “colaboracionistas”. Em 2008, com a auto proclamação do Kosovo como Estado independente, é concluída a demolição da Federação Jugoslava.

Enquanto decorre a guerra contra a Jugoslávia, é convocada em Washington, de 23 a 25 de Abril de 1999, a cimeira que oficializa a transformação da NATO. Da Aliança que, baseada no Artigo 5 do Tratado de 4 de Abril de 1949, obriga os países membros a assistir também com as suas forças armadas, o país membro que for atacado na área do Atlântico Norte, ela é transformada numa aliança que, fundamentada no “novo conceito estratégico” e força os países membros também, a “efecuar operações de resposta a crises não previstas no Artigo 5, fora do território da Aliança”. Por outras palavras, a NATO prepara-se a projectar a sua força militar para além das suas fronteiras, não só na Europa mas também para outras regiões do mundo.

O que não muda, na mutação da NATO, é a hierarquia no seu interior. É sempre o Presidente dos Estados Unidos a nomear o Comandante Supremo Aliado, na Europa, que é sempre um general americano enquanto os aliados se limitam a ratificar a escolha. O mesmo acontece com os outros comandos-chave.

O documento que obriga os países membros a agir fora do território da Aliança, subscrito pelos dirigentes europeus, em 24 de Abril de 1999, em Washington, reitera que a NATO “apoia plenamente o desenvolvimento da entidade europeia da defesa, no interior da Aliança”. O conceito é claro: A Europa Ocidental pode ter a sua “identidade de defesa”, mas essa mesma “identidade de defesa”, tem de permanecer no interior da Aliança, ou seja, sob comando USA.

Assim, é confirmada e consolidada, a subordinação da União Europeia à NATO. Subordinação estabelecida pelo Tratado de Maastricht de 1992, que reconhece o direito dos Estados da União Europeia de fazer parte da NATO, definida como a base da defesa da União Europeia.

A Itália – participando da guerra contra a Jugoslávia, país que não tinha nenhuma acção agressiva nem contra a Itália, nem contra os outros membros da NATO – confirma ter adoptado uma nova política militar e, ao mesmo tempo, uma nova política externa. Esta, usando a força militar como uma ferramenta, viola o princípio constitucional, afirmado no Artigo 11, que “a Itália repudia a guerra como instrumento de ataque contra a liberdade dos outros povos e como meio de resolução de conflitos internacionais”.

4. A NATO expande-se para Leste, para a Rússia

Em 1990, na véspera da dissolução do Pacto de Varsóvia, o Secretário de Estado dos EUA, James Baker, assegurou ao Presidente da URSS, Mikhail Gorbachev, que "a NATO não se estenderia uma polegada para leste". Mas, em vinte anos, depois de destruir a Federação Jugoslava, a NATO amplia-se de 16 para 30 países, expandindo-se cada vez mais para Leste, em direcção à Rússia

Em 1999, engloba os três primeiros países do antigo Pacto de Varsóvia: Polónia, República Checa e Hungria. Em 2004, estende-se a mais sete: Estónia, Letónia, Lituânia (já parte da URSS); Bulgária, Roménia, Eslováquia (já parte do Pacto de Varsóvia); Eslovénia (que já faz parte da Federação da Jugoslávia). Em 2009, incorporou a Albânia (anteriormente, membro do Pacto de Varsóvia) e a Croácia (anteriormente, parte da Federação da Jugoslávia) e, em 2017, o Montenegro; em 2019, assina o protocolo de adesão da Macedónia do Norte como o 30º membro. Outros três países – a Bósnia Herzegovina (anteriormente, parte da Federação da Jugoslávia), a Geórgia e a Ucrânia (anteriormente parte da URSS) – são candidatos à adesão à NATO.

Assim, Washington vincula esses países, não à Aliança, mas directamente aos EUA, reforçando a sua influência dentro da União Europeia. Dos dez países da Europa Central e de Leste que aderiram à NATO, entre 1999 e 2004, sete entraram na União Europeia entre 2004 e 2007: à União Europeia que se expande para leste, os Estados Unidos sobrepõem-se à NATO, que se estende para Leste, sobre a Europa. Isto revela claramente o plano estratégico de Washington: incentivar os novos membros do Leste para estabelecer relações ainda mais favoráveis com os Estados Unidos na NATO, de modo a isolar a "velha Europa" que poderia, um dia, tornar-se autónoma.

Além do mais, a expansão da NATO para Leste, tem outras implicações. Englobando não só os países do antigo Pacto de Varsóvia, mas também as três repúblicas bálticas que, em tempos, fizeram parte da URSS, a NATO chega às fronteiras da Federação Russa. Não obstante, as garantias de Washington sobre as suas intenções pacíficas, isto constitui também uma ameaça nuclear para a Rússia.

5. USA e NATO atacam o Afeganistão e o Iraque

Os Estados Unidos atacam e invadem o Afeganistão, em 2001, com o pretexto oficial de dar caça a Osama bin Laden, apontado como o instigador dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 (cuja versão oficial não resiste a investigações técnicas e científicas, efectuadas por peritos independentes). Osama bin Laden é uma figura bem conhecida em Washington: pertencendo a uma família rica saudita, tinha colaborado activamente com a CIA quando, de 1979 a 1989, treinou e armou mais de 100 mil mujaidin através do ISI (serviço secreto paquistanês)mais de 100.000 mujaidin para a guerra contra as tropas soviéticas caídas na "armadilha afegã" (como Zbigniew Brzezinski definirá posteriormente, afirmando que o treino e o armamento dos mujaidin se iniciaram em Julho de 1979, cinco meses antes da invasão soviética do Afeganistão) .

Abre-se uma nova fase da situação internacional: o Presidente dos Estados Unidos está autorizado a comandar a "guerra global contra o terrorismo", na qual não há fronteiras geográficas, conduzida contra um inimigo que pode ser identificado de vez em quando, não somente como terrorista ou suposto terrorista, mas contra qualquer um que se oponha à política e aos interesses dos EUA. A imagem perfeita de um inimigo, permutável e duradouro. O Presidente Bush define-o como "um inimigo sombrio, escondido nos cantos escuros da Terra".

O verdadeiro propósito da intervenção militar dos EUA no Afeganistão é a ocupação desta área de importância estratégica primordial. O Afeganistão está na encruzilhada do Médio Oriente, Ásia do Centro, do Sul e do Leste. Nesta área (no Golfo e no Cáspio) existem grandes reservas de petróleo. Encontram-se aí três grandes potências – China, Rússia e Índia – cuja força está a crescer e afectar os activos globais. Como o Pentágono tinha alertado no relatório de 30 de Setembro de 2001, "existe a possibilidade de surgir na Ásia, um rival militar com uma base de recursos formidável".

No período anterior a 11 de Setembro de 2001, havia na Ásia, fortes indícios de uma aproximação entre a China e a Rússia. Washington considera esse facto como um desafio aos interesses dos EUA, no momento crítico em que os Estados Unidos procuram preencher o vazio deixado pela URSS na Ásia Central. Uma posição geoestratégica chave para o controlo desta área, é a do Afeganistão.

A guerra começa em Outubro de 2001, com o bombardeio realizado pela aviação americana e britânica. Neste ponto, o Conselho de Segurança da ONU autoriza a criação da ISAF (Força Internacional de Assistência à Segurança), cuja direcção é confiada em sucessão à Grã-Bretanha, Turquia, Alemanha e Holanda. Mas, de repente, em Agosto de 2003, a NATO anuncia que "assumiu o cargo de liderança da ISAF, uma força com mandato da ONU". É um verdadeiro golpe: nenhuma resolução do Conselho de Segurança autoriza a NATO a assumir a liderança, ou o comando, da ISAF. Somente após o facto consumado, através da Resolução de Segurança 1659, de Fevereiro de 2006, o Conselho de Segurança "reconhece o compromisso contínuo da NATO, em dirigir a ISAF". Portanto, a missão da ISAF está incluída na cadeia de comando do Pentágono. Os militares italianos designados para a ISAF estão incluídos na mesma cadeia de comando.

Depois do Afeganistão, é a vez do Iraque, país submetido a um rigoroso embargo, desde 1991, que causou 1,5 milhões de mortes em dez anos, dos quais cerca de meio milhão eram crianças. O Presidente Bush em 2002, coloca o Iraque em primeiro lugar, entre os países que fazem parte do "eixo do mal". O Secretário de Estado, Colin Powell, apresenta no Conselho de Segurança da ONU uma série de "provas" recolhidas pela CIA, que posteriormente serão reconhecidas como falsas, sobre a alegada existência de um grande arsenal de armas químicas e bacteriológicas em posse do Iraque e a sua alegada capacidade de construir armas nucleares num curto espaço de tempo. Como o Conselho de Segurança se recusa a autorizar a guerra, a Administração Bush ignora, simplesmente, esse facto.

A guerra começa em Março de 2003 com o bombardeio aéreo de Bagad e de outros centros, pela aviação americana e britânica e com o ataque terrestre realizado pelos fuzileiros navais que entram no Iraque vindos do Kuwait. Em Abril, tropas dos EUA ocupam Bagdad. A operação, chamada "Iraqi Freedom/Libertação do Iraque", é apresentada como sendo uma "guerra preventiva" e a "exportação da democracia". Os EUA e as forças de ocupação aliadas – incluindo as italianas envolvidas na operação "Antiga Babilónia" – encontram uma resistência inesperada. Para esmagá-la, o Iraque é posto a ferro e fogo por mais de um milhão e meio de soldados, que o Pentágono envia em rotação conjunta com centenas de milhares de "contractors/empresas militares privadas", usando todos os meios: desde bombas de fósforo contra a população de Falluja às torturas na prisão de Abu Ghraib.

A NATO participa, efectivamente, na guerra com as suas estruturas e forças. Em 2004, foi criada a "Missão de Treino da NATO", com o objectivo declarado de "ajudar o Iraque a criar forças armadas eficientes". Milhares de militares e polícias iraquianos são treinados em

2.000 cursos especiais efectuados nos países da Aliança. Ao mesmo tempo, a NATO envia instrutores e conselheiros, incluindo italianos, para "ajudar o Iraque a criar o seu próprio sector de segurança de orientação democrática e durável" e "estabelecer uma parceria de longo prazo da NATO com o Iraque".

6. A NATO destrói o Estado líbio

Múltiplos factores tornam a Líbia importante aos olhos dos Estados Unidos e das potências europeias. Possui as maiores reservas de petróleo da África, preciosas pela sua elevada qualidade e baixo custo de extracção e grandes reservas de gás natural. Sobre essas mesmas reservas, o Estado líbio mantém um forte controlo, deixando margens de lucro limitadas para as empresas americanas e europeias. Além do ouro negro, a Líbia tem ouro branco: a imensa reserva de água fóssil do aquífero núbio, que se estende sob a Líbia, Egipto, Sudão e Chade. Os fundos soberanos são consideráveis, os capitais que o Estado líbio investiu no estrangeiro, em particular para fornecer à África os seus organismos financeiros e a sua própria moeda.

Na véspera da guerra de 2011, os Estados Unidos e as potências europeias "congelaram", ou seja, apreenderam, os fundos soberanos da Líbia, assentando um golpe mortal em todo o projecto. Os emails de Hillary Clinton (Secretária de Estado da Administração Obama, em 2011), que vieram depois a público, confirmam qual era o verdadeiro propósito da guerra: bloquear o plano de Gaddafi de usar os fundos soberanos da Líbia para criar órgãos financeiros autónomos da União Africa e uma moeda africana como alternativa ao dólar e ao franco CFA (a moeda que são forçados a usar, os 14 países africanos, antigas colónias francesas). É Clinton – Documentará mais tarde o *New York Times* – que é Hillary Clinton que influencia o Presidente Obama a assinar "um documento que autoriza uma operação secreta na Líbia e o fornecimento de armas aos rebeldes".

São financiados e armados, os sectores tribais hostis ao governo de Trípoli e os grupos islâmicos que até há poucos meses eram designados como terroristas. Ao mesmo tempo, infiltraram-se na Líbia, forças especiais, incluindo milhares de comandos do Qatar facilmente camufláveis. Toda a operação é dirigida pelos Estados Unidos, primeiro através do Comando Africano, depois através da NATO, sob comando USA.

Em 19 de Março de 2011, inicia-se o bombardeio aéreo-naval da Líbia. Em sete meses, a aviação dos USA/NATO efectua 30.000 missões, das quais 10.000 são de ataque, com o emprego de mais de 40.000 bombas e mísseis. A Itália participa nesta guerra com as suas bases e forças militares, dissolvendo o Tratado de Amizade, Parceria e Cooperação entre os dois países. Para a guerra na Líbia, a Itália disponibiliza para as forças USA/NATO, 7 bases aéreas (Trapani, Gioia del Colle, Sigonella, Decimomannu, Aviano, Amendola e Pantelleria), fornecendo assistência técnica e abastecimentos. A Força Aérea Italiana participa na guerra, efectuando mais de mil missões e a Marinha italiana está envolvida em várias frentes.

Com a guerra USA/NATO, de 2011, o Estado líbio é destruído e o próprio Gaddafi assassinado. É demolido esse Estado que, na costa sul do Mediterrâneo, em frente à Itália, mantinha "níveis elevados de crescimento económico" (como o próprio Banco Mundial documentava em 2010), registando "excelentes indicadores de desenvolvimento humano", incluindo o acesso universal ao ensino primário e secundário e o acesso de 46% ao nível universitário. Apesar das disparidades, o padrão de vida da população líbia era consideravelmente superior ao dos outros países africanos. Testemunha-o o facto de que mais de dois milhões de imigrantes, principalmente africanos, encontravam trabalho na

Líbia.

Também são afectados pela guerra os imigrantes da África Subsaariana, que, perseguidos sob acusação de colaborar com Gaddafi, são presos ou forçados a fugir. Muitos, impulsionados pelo desespero, tentam a travessia do Mediterrâneo para a Europa. Os que perdem a vida também são vítimas da guerra com a qual a NATO derrubou o Estado líbio.

7. A guerra USA/NATO para demolir a Síria

Depois de ter demolido o Estado líbio inicia-se, no mesmo ano de 2011, a operação USA/NATO destinada a destruir o Estado sírio. Uma das razões foi o facto de que a Síria, o Irão e o Iraque assinam, em Julho de 2011, um acordo para um gasoducto que deveria ligar a jazida petrolífera iraniana de South Pars, a maior do mundo, à Síria e, assim, ao Mediterrâneo. A Síria, onde outro grande depósito foi descoberto perto de Homs, poderia assim, tornar-se um centro de corredores alternativos de energia, aos da Turquia e de outros percursos, controlados por empresas dos EUA e da Europa.

A guerra encoberta começa com uma série de atentados terroristas, efectuados sobretudo em Damasco e Alepo. As imagens dos edifícios devastados com explosivos poderosos são eloquentes: não são obra de simples rebeldes, mas de profissionais de guerra infiltrados. Centenas de especialistas das forças de elite britânicas, SAS e SBS – relata o Daily Star – operam na Síria, juntamente com unidades americanas e francesas.

A força de impacto é constituída por um grupo armado de grupos islâmicos (até recentemente, designados por Washington como terroristas) provenientes do Afeganistão, Bósnia, Chechénia, Líbia e outros países. No grupo de Abu Omar al-Chechen – relata o enviado do *Guardian*, em Aleppo – as ordens são dadas em árabe, mas devem ser traduzidas para checheno, tadjique, turco, dialeto saudita, urdu, francês e outras línguas. Munidos com passaportes falsos (especialidade da CIA), os combatentes afluem nas províncias turcas de Adana e Hatai, com fronteiras com a Síria, onde a CIA abriu centros de treino militar. As armas chegam principalmente através da Arábia Saudita e do Qatar que, como na Líbia, também fornece forças especiais.

O comando das operações está a bordo dos navios da NATO, no porto de Alessandretta. Abriu um centro de propaganda em Istambul, onde dissidentes sírios, treinados e financiados pelo Departamento de Estado dos EUA, fabricam notícias e vídeos que são transmitidos através das redes de satélites.

A partir de centros operacionais especiais, os agentes da CIA providenciam a compra de armas com grandes empréstimos concedidos pela Arábia Saudita, Qatar e outras monarquias do Golfo. Os mesmos organizam o transporte de armas na Turquia e na Jordânia através de uma ponte aérea e, finalmente, através da fronteira, fazem-nas chegar aos grupos na Síria, já treinados em campos especiais montados em território turco e jordano.

A estratégia usada surge nos documentos que vieram depois a público. A Secretária de Estado, Hillary Clinton, num email de 2012 (desclassificado como "número de processo F-2014-20439, Doc No. C05794498"), escreve que, dada a "relação estratégica" Irão-Síria, "o aniquilamento de Assad constituiria um imenso benefício para Israel, e também diminuiria o medo compreensível israelita de perder o monopólio nuclear".

Um documento oficial do Pentágono, datado de 12 de Agosto de 2012 (desclassificado em

18 de Maio de 2015, por iniciativa do grupo conservador, Judicial Watch), afirma que “os países ocidentais, os Estados do Golfo e a Turquia, apoiam na Síria, as forças da oposição que tentam controlar as áreas orientais, adjacentes às províncias iraquianas ocidentais”, ajudando-as a “criar refúgios seguros sob protecção internacional”. Há uma “possibilidade de estabelecer um principado salafita na Síria oriental e é exactamente o que querem as potências que apoiam a oposição, para isolar o regime sírio, a retaguarda estratégica da expansão chiita (Iraque e Irão)”.

É neste contexto que, em 2013, se forma o ISIS (ou DAESH), que se autoproclama “Estado do Califado Islâmico”. Em Maio de 2013, um mês depois de fundar o ISIS, Ibrahim al-Badri – o “califa” conhecido com o nome de batalha de Abu Bakr al-Baghdadi – encontra, na Síria, o Senador John McCain, líder dos republicanos, encarregado pelo democrata Obama, de desenvolver operações encobertas por conta do governo. Este encontro é documentado fotograficamente.

O ISIS recebe financiamentos, armas e rotas de trânsito dos aliados mais chegados aos Estados Unidos: Arábia Saudita, Qatar, Kuwait, Turquia, Jordânia, com base num plano, seguramente coordenado pela CIA. Depois de ter conquistado com as suas milícias, grande parte do território sírio, o ISIS lança a ofensiva no Iraque, não por acaso, mas no momento em que o governo, presidido pelo chiita Nouri al-Maliki se afasta de Washington, aproximando-se, cada vez mais, da Rússia e da China. A ofensiva, que incendeia o Iraque, encontra matéria inflamável na rivalidade sunita-chiita. As milícias do ISIS ocupam Ramadi, a segunda cidade do Iraque e, pouco depois, Palmira, na Síria central, matando milhares de civis e forçando à fuga, dezenas de milhares dos mesmos.

De facto, o ISIS desempenha um papel funcional na estratégia USA/NATO de demolição de Estados. O que não significa que a massa dos seus militantes, provenientes de diversos países, esteja consciente disso. Ela é muito heterogénea: fazem parte da mesma massa, quer combatentes islâmicos, formados no drama da guerra, quer militares da época de Saddam Hussein que combateram contra os invasores, quer muitos outros cujas histórias estão sempre ligadas a situações sociais trágicas, provocadas pela primeira guerra do Golfo e pelas guerras seguintes, num espaço de vinte anos. Também fazem parte alguns combatentes estrangeiros provenientes da Europa e dos Estados Unidos, dentro de cujas máscaras se escondem, de certeza, agentes secretos formados propositadamente, para tais operações.

Também é muito suspeito o acesso ilimitado do ISIS, no período do seu desenvolvimento máximo, às redes mediáticas mundiais, dominadas pelas colossais corporações mediáticas americanas e europeias, através das quais divulgam as filmagens das decapitações que, suscitando horror e que criam uma opinião pública muito vasta, favorável à intervenção no Iraque e na Síria.

A campanha militar “Inherent Resolve”, formalmente dirigida contra o ISIS, é lançada no Iraque e na Síria em Agosto de 2014, pelos Estados Unidos e pelos seus aliados: França, Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrain e outros. Se os Estados Unidos, a França e a Grã-Bretanha usassem os seus caça bombardeiros, como tinham feito na Líbia em 2011, as forças do ISIS, movendo-se em espaços abertos, seriam um alvo fácil. Pelo contrário, elas podiam avançar imperturbáveis, com colunas de blindados carregadas de homens e explosivos. Se o ISIS avança na Síria e no Iraque, é porque em Washington, eles querem isso mesmo. O objectivo estratégico de Washington é a destruição da Síria e a reocupação do Iraque.

A intervenção militar russa na Síria, em 2015, em apoio às forças do governo, reverte o destino do conflito. Os caças-bombardeiros russos destroem as fortalezas do ISIS, uma após outra, abrindo caminho para as forças de Damasco. Os Estados Unidos, deslocados, jogam a cartada da fragmentação da Síria, apoiando os independentistas curdos e outros. Depois de tentar demolir o Estado sírio durante cinco anos, destruindo-o a partir de dentro, por intermédio de grupos terroristas armados e infiltrados do exterior e provocando mais de 250.000 mortes, no momento em que operação está a falhar, devido à intervenção militar russa em apoio das forças do governo sírio, os aparelhos políticos e mediáticos de todo o Ocidente lançam uma psyop colossal (operação psicológica) para fazer parecer o governo e todos os sírios que resistem à agressão, como sendo os agressores. A ponta de lança da psyop é a demonização do presidente Assad (como já tinha sido feito com Milosevic e Gaddafi), apresentado-o como um ditador sádico que gosta de bombardear hospitais e exterminar crianças, com a ajuda de seu amigo Putin, retratado como o neo-czar do renascimento do império russo. No momento em que caem os últimos redutos do ISIS, os mesmos aparelhos político-mediáticos espalham a *fake news = notícia falsa* de que o Estado Islâmico foi derrotado pelos Estados Unidos e pelas "Forças Democráticas da Síria" (uma milícia de curdos e árabes armada e apoiada pelo Pentágono).

8. Israel e emirados na NATO

No mesmo dia (4 de Maio de 2016), em que se instala na NATO, o novo Comandante Supremo Aliado da NATO, na Europa – o General norte-americano Curtis Scaparrotti, nomeado como os seus 17 antecessores pelo Presidente dos Estados Unidos – o Conselho do Atlântico Norte anuncia que, no quartel general da NATO, é instituída em Bruxelas, uma Missão oficial israelita, chefiada pelo Embaixador de Israel, na União Europeia.

Israel está assim ainda mais integrado na NATO, à qual já está estreitamente ligado através do "Programa de Cooperação Individual", que tinha sido ratificado pela NATO, em 2 de Dezembro de 2008, três semanas antes da operação israelita "Chumbo Fundido", em Gaza. Inclui, entre outras funções, a colaboração entre os serviços secretos e a ligação das forças israelitas, incluindo as forças nucleares, ao sistema electrónico da NATO.

Israel – a única potência nuclear no Médio Oriente, que não aderiu ao Tratado de Não-Proliferação, subscrito pelo Irão, que não tem armas nucleares – possui (sem admiti-lo) um arsenal estimado entre 100 a 400 armas nucleares, incluindo mini bombas nucleares e bombas de neutrões da nova geração e produz plutónio e trítio em quantidades com que poderão construir outras centenas delas. As ogivas nucleares israelitas estão prontas para ser lançadas por mísseis balísticos e caça bombardeiros dos EUA, aos quais se juntam agora, os F-35.

Os principais países europeus da NATO, que apoiam, formalmente, o acordo nuclear iraniano estipulado em 2015 (do qual os EUA saíram em 2018), estão realmente alinhados com Israel. A Alemanha forneceu-lhe seis submarinos Dolphin, modificados para que pudessem lançar mísseis de cruzeiro com ogivas nucleares e aprovaram o fornecimento de mais três. A Alemanha, a França, a Itália, a Grécia e a Polónia participaram, com os EUA, no maior exercício internacional de guerra aérea da História de Israel, a Bandeira Azul 2017. A Itália, ligada a Israel por um acordo de cooperação militar (Lei n. 94, de 2005), participou com caças Tornado do 6º Esquadrão de Ghedi, adaptados ao transporte de bombas nucleares dos EUA.

De acordo com o plano testado no Exercício USA-Israel Juniper Cobra 2018, as forças USA e

NATO chegariam da Europa (principalmente de bases em Itália) para apoiar Israel numa guerra contra o Irão. Ela pode começar com um ataque israelita contra instalações nucleares iranianas, como a realizada em 1981 em Osiraq, no Iraque. No caso de retaliação iraniana, Israel poderia fazer uso de uma arma nuclear colocando em movimento uma reacção em cadeia com resultados imprevisíveis.

À Missão oficial de Israel na NATO juntam-se as do reino da Jordânia e dos emirados do Qatar e do Kuwait, "parceiros muito activos" que estão ainda mais integrados na NATO, através de méritos adquiridos. A Jordânia alberga bases secretas da CIA nas quais – documentam o *New York Times* e o *Der Spiegel* – foram treinados militantes islâmicos da Al Qaeda e do Estado Islâmico para a guerra secreta na Síria e no Iraque. O Qatar participou da guerra da NATO contra a Líbia, infiltrando, em 2011, cerca de 5.000 comandos no seu território (conforme declarado ao *The Guardian* pelo Chefe do Estado-Maior do Qatar) e na Síria: admite-o em entrevista ao *"Financial Times",* o antigo Primeiro Ministro do Qatar, Hamad bin Jassim Al Thani, que fala sobre as operações do Qatar e da Arábia Saudita de "interferência" na Síria, coordenadas pelos Estados Unidos.

O Kuwait, através do "Acordo de Trânsito", permite à NATO ter o seu primeiro aeroporto no Golfo, não só para o envio de forças e materiais militares para o Afeganistão, mas também para a "cooperação prática da NATO com o Kuwait e outros parceiros, como a Arábia Saudita". Parceiros apoiados pelos USA na guerra que massacra civis no Iémen. O Kuwait também participa com cerca de quinze caça bombardeiros, a quem a Itália fornece 28 caças Eurofighter Typhoon de nova geração, depois de abastecer Israel com 30 caças M-346 de treino avançado. Os Eurofighter Typhoons, que o Kuwait utiliza para causar hecatombes no Iémen e noutros lugares, também podem ser equipados com bombas nucleares. A Força Aérea Italiana fornece treino às tripulações.

9. A orquestração USA/NATO no golpe na Ucrânia

A operação conduzida pelos USA e pela NATO na Ucrânia inicia-se quando, em 1991, depois do Pacto de Varsóvia, também se desagrega a União Soviética da qual fazia parte. Os Estados Unidos e os aliados europeus movem-se rapidamente para tirar a máxima vantagem da nova situação geopolítica.

A Ucrânia – cujo território funciona como um amortecedor entre a NATO e a Rússia e é atravessada por corredores de energia entre a Rússia e a União Europeia – não entra directamente na NATO. No entanto, no âmbito da NATO, associa-se à "Parceria para a paz", contribuindo para as operações de "manutenção da paz" nos Balcãs.

Em 2002, é adoptado o «Plano de Acção NATO-Ucrânia» e o Presidente Kuchma anuncia a intenção de aderir à NATO. Em 2005, na esteira da "revolução laranja" (orquestrada e financiada pelos USA e pelas potências europeias), o Presidente Yushchenko é convidado para a Cimeira da NATO, em Bruxelas. Pouco depois é lançado um "diálogo intensificado sobre a aspiração da Ucrânia a tornar-se membro da NATO" e, em 2008, a cimeira de Bucareste dá luz verde à sua adesão.

Nesse mesmo ano, o exército georgiano, treinado e armado pelos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, por Israel, através de empresas militares "privadas", ataca a Ossétia do Sul, em luta desde 1991 (quando se desagrega a União Soviética) para se tornar independente da Geórgia. Na noite de 8 Agosto de 2008 a Geórgia, apoiada pela NATO, lança uma ofensiva militar para reconquistar o controlo da região em discussão. Poucas horas depois, a

Rússia intervém militarmente, rejeitando a invasão georgiana e a Ossétia do Sul torna-se, para todos os efeitos, independente da Geórgia. É o primeiro sinal da ofensiva que a NATO, sob comando USA, está a preparar na frente oriental para forçar a Rússia a reagir.

Na Ucrânia, em 2009, Kiev assina um acordo que permite a passagem no seu território, do abastecimento para as forças da NATO, no Afeganistão. Agora a adesão à NATO parece certa mas, em 2010, o Presidente Yanukovych, eleito recentemente, anuncia que, embora continuando a cooperação, a adesão à NATO não está no seu programa de governo. Mas, entretanto, no fim de 1991, a NATO teceu uma rede de ligações no interior das forças armadas ucranianas. Os oficiais superiores participam todos os anos nos cursos do NATO Defense College, em Roma, e em Oberammergau (na Alemanha). No mesmo quadro insere-se a instituição, na Academia Militar ucraniana, de uma nova "faculdade multinacional" com docentes da NATO. Também foi notavelmente desenvolvida a cooperação técnico-científica no campo dos armamentos a fim de facilitar a participação das forças armadas ucranianas em "operações conjuntas para a paz", sob a orientação da NATO.

E visto que não existe só aquilo que se vê, é evidente que a NATO constrói uma rede de ligações nos ambientes militares e civis, muito mais extensa do que aparenta. Através da CIA e de outros serviços secretos, são recrutados anualmente, financiados, treinados e armados militantes neonazis. Uma documentação fotográfica mostra jovens militantes nazis ucranianos do UNO-UNSO, treinados em 2006, na Estónia, por instrutores da NATO, que ensinam técnicas de combate urbano e o uso de explosivos para sabotagens e atentados.

O mesmo método usado pela NATO, durante a Guerra Fria, para formar a estrutura paramilitar secreta «Gladio». Activa também em Itália onde, em Camp Darby e noutras bases, são treinados grupos neofascistas, preparando-os para atentados e para um eventual golpe de Estado.

A estrutura paramilitar de grupos neonazis entra em accção, em 2014, na praça Maidan, em Kiev. Uma manifestação anti governamental, com reivindicações justas contra a corrupção galopante e o agravamento das condições de vida, torna-se rapidamente transformada num verdadeiro campo de batalha: enquanto grupos armados tomam de assalto os palácios do governo, atiradores de elite(snipers) (vindos propositadamente para Kiev, da Geórgia) disparam com as mesmas armas de precisão, quer sobre os manifestantes, quer sobre a polícia.

Em 20 de Fevereiro de 2014, o Secretário Geral da NATO dirige-se, em tom de comando, às forças armadas ucranianas, advertindo-as para "permanecerem neutras", pelas "graves consequências negativas para as nossas relações". Abandonado pelas chefias das forças armadas e por grande parte do aparelho do governo, o Presidente Viktor Yanukovych é forçado a fugir. Andriy Parubiy – co-fundador do partido nacionalista, constituído em 1991 sob o modelo do Partido Nacional Socialista de Adolfo Hitler, e chefe das formações paramilitares neonazis – é nomeado "Chefe do Conselho de Defesa e Segurança Nacional".

O golpe de Estado violento da Praça Maidan é acompanhado de uma campanha de perseguição, dirigida em particular contra o Partido Comunista e sindicatos, análoga àquelas que marcaram a chegada do fascismo em Itália e do nazismo na Alemanha. Sedes dos partidos destruídas, dirigentes linchados, jornalistas torturados e assassinados, activistas queimados vivos na Câmara do Trabalho, em Odessa; habitantes desamparados de Ucrânia oriental, de origem russa, massacrados em Mariupol, bombardeados com fósforo branco em Slaviansk, Lugansk, Donetsk.

Um verdadeiro golpe de Estado, sob a direcção USA/NATO, com a finalidade estratégica de provocar na Europa uma nova guerra fria para separar e isolar a Rússia e reforçar, ao mesmo tempo, a influência e a presença militar dos EUA na Europa. Perante o golpe de Estado e a ofensiva contra os russos da Ucrânia, o Conselho Supremo da República autónoma da Crimeia – território russo passado à Ucrânia no período soviético de 1954 – vota a favor de ser separada de Kiev e pede a reinserção na Federação Russa, decisão que é confirmada com 97% dos votos, num referendo do povo. Em 18 de Março de 2014, o Presidente Putin assina o tratado de adesão da Crimeia à Federação Russa, com o estatuto de república autónoma. Nesta altura, a Rússia é acusada pela NATO e pela União Europeia de ter anexado, ilegalmente, a Crimeia e é submetida a sanções. A Rússia responde com contra sanções que atingem, sobretudo, a economia da União Europeia, estando a economia italiana também compreendida.

Enquanto em Donbass, as autoproclamadas Repúblicas Populares de Donetsk e Lugansk, apoiadas pela Rússia, resistem à ofensiva de Kiev, que provoca milhares de mortos entre os civis, um roteiro para a cooperação técnica e militar, NATO/Ucrânia, assinada em Dezembro de 2015, integra todos os efectivos das forças armadas e a indústria bélica de Kiev na da Aliança, sob orientação USA.

Em 2019, a Ucrânia dá um passo sem precedentes: inclui na sua Constituição o compromisso de entrar oficialmente na NATO e, ao mesmo tempo, na União Europeia. Em 7 de Fevereiro, por sugestão do presidente Petro Poroshenko – o oligarca enriquecido com a pilhagem de propriedades estatais, que se recandidata à presidência – o Parlamento de Kiev aprova (com 334 votos contra 35 e 16 ausentes) as emendas, neste sentido, da Constituição. O Preâmbulo afirma “o rumo irreversível da Ucrânia para a integração euro-atlântica”; os artigos 85 e 116 decretam que a tarefa fundamental do Parlamento e do Governo é “obter a plena adesão da Ucrânia à NATO e à União Europeia”; o artigo 102 declara que “o Presidente da Ucrânia é o defensor do curso estratégico do Estado para obter a adesão plena à NATO e à União Europeia”.

A inclusão na Constituição do compromisso de entrar oficialmente na NATO acarreta consequências muito sérias. No plano interno, vincula o futuro da Ucrânia a esta escolha, excluindo qualquer alternativa e, efectivamente, coloca qualquer partido ou pessoa que se lhe opanha, numa posição ilegal. No plano internacional, deve-se ter em mente que a Ucrânia já está, de facto, na NATO, da qual é um país parceiro: por exemplo, o batalhão Azov, cuja marca nazi é representada pelo emblema copiado do SS Das Reich, foi transformado no regimento de operações especiais, equipado com veículos blindados e treinado por instrutores norte-americanos da 173ª Divisão Aerotransportada, transferido de Vicenza para a Ucrânia, rodeado por outros da NATO. Visto que a Rússia é acusada de anexar ilegalmente a Crimeia e realizar acções militares contra a Ucrânia, se ela se juntar oficialmente à NATO, os outros 30 membros da Aliança, de acordo com o art. 5, devem “ajudar a parte atacada, tomando as medidas consideradas necessárias, incluindo o uso de força armada”. Por outras palavras, deveriam entrar em guerra contra a Rússia. Sobre estas implicações perigosas da modificação da Constituição ucraniana – atrás das quais existem, de certeza, as mãos longas dos estrategas USA/NATO – cai sobre a Europa o silêncio político e mediático.

10. A Escalada USA/NATO na Europa

A “nova missão” da NATO é oficializada na Cimeira de Setembro de 2014, no País de Gales, lançando o “Readiniess Action Plan”, cujo objectivo oficial é “responder, rápida e

firmemente, aos novos desafios à segurança", atribuídos à "agressão militar da Rússia contra a Ucrânia" e ao "aumento do extremismo e dos conflitos sectários no Médio Oriente e no Norte de África". O plano é definido pelo Secretário Geral da NATO, Jens Stoltenberg, como "o maior reforço da nossa defesa colectiva desde o fim da Guerra Fria".

Em apenas três meses, a NATO quadriplica os caça bombardeiros, duplica a capacidade convencional e nuclear, instalada na região báltica (antes parte da URSS); envia radares aéreos AWACS para a Europa Oriental e aumenta o número dos navios de guerra no Mar Báltico, no Mar Negro e no Mediterrâneo; instala na Polónia, Estónia, Letónia e Lituânia forças terrestres americanas, britânicas e alemãs; intensifica os exercícios conjuntos na Polónia e nos Países Bálticos, aumentando-os para mais de 200.

A partir de 2014, a pressão USA/NATO sobre a Rússia cresce em progressão geométrica. Em quatro anos, de 2014 a 2018, os EUA gastam 10 biliões de dólares na "Iniciativa de Segurança da Europa" (ERI), cujo objectivo oficial é "aumentar a nossa capacidade de defender a Europa contra a agressão russa". Quase metade da despesa serve para potenciar o "pré-posicionamento estratégico" USA na Europa, ou seja, os depósitos de armamento que, colocados em posição avançada, permitem "uma rápida deslocação das forças armadas no teatro bélico". Outra grande parte é destinada a "aumentar a presença, numa base rotativa, das forças americanas em toda a Europa". As porções restantes servem para o desenvolvimento das infraestruturas das bases na Europa para "aumentar a prontidão da acção USA", ao reforço dos exercícios militares e ao treino para "aumentar a prontidão e a capacidade de interacção das forças da NATO".

Os fundos da ERI – esclarece o Comando Europeu dos Estados Unidos – são apenas uma parte dos que estão destinados à "Operação Atlantic Resolve, que demonstra a capacidade USA de responder às ameaças contra os aliados". No âmbito dessas operações, é transferida de Fort Carson (Colorado), para a Polónia, em Janeiro de 2017, a 3ª Brigada couraçada, composta de 3.500 homens, 87 tanques, 18 obuseiros de auto lançamento, e outros meios. Ela será substituída a seguir por outra unidade, assim as forças couraçadas americanas são permanentemente deslocadas no território polaco. Os seus departamentos são transferidos, para treinos e exercícios, para outros países de Leste, sobretudo para a Estónia, Letónia, Lituânia, Bulgária, Roménia e mesmo Ucrânia, ou seja, são continuamente deslocados à volta da Rússia.

Sempre no contexto de tais operações, é transferida para a base de Illesheim (na Alemanha), a 10ª Brigada Aérea de Combate, com uma centena de helicópteros de guerra. Duas 'task force' são enviadas para "posições avançadas" na Polónia, Roménia e Letónia. Nas bases de Ämari (Estónia) e Graf Ignatievo (Bulgária), são distribuídos caça bombardeiros USA e NATO, compreendendo Eurofighter italianos, para o "patrulhamento aéreo" do Báltico. A operação prevê, também, "uma presença continuada no Mar Negro", na base aérea de Kogalniceanu (Roménia) e na de treino de Novo Selo (Bulgária).

O General Curtis Scaparrotti, Chefe do Comando Europeu dos EUA e, ao mesmo tempo, Comandante Supremo Aliado na Europa, assegura que "as nossas forças estão preparadas e posicionadas para impedir a agressão russa". Um contingente USA é posicionado na Polónia oriental, no designado "Suwalki Gap", um trecho de terreno plano com cerca de cem quilómetros de comprimento que, avisa a NATO, "seria uma passagem perfeita para os tanques russos". É, assim, desenterrado o armamento da propaganda da velha Guerra Fria: o dos tanques russos prontos a invadir a Europa. Agitando o fantasma de uma ameaça do Leste, que não existe, chegam, de facto, à Europa os tanques americanos.

O plano é claro. Depois de ter provocado com o putsch da Praça Maidan, um novo confronto com a Rússia, Washington (não obstante a mudança de Administração do Presidente Obama pela do Presidente Trump) segue a mesma estratégia: transformar a Europa na primeira linha de uma nova Guerra Fria, com vantagem para os interesses dos Estados Unidos e para as suas relações de força com as maiores potências europeias.

Na instalação no flanco oriental – compreendendo forças couraçadas, caça bombardeiros, navios de guerra e, também, unidades de mísseis nucleares – participam as potências europeias da NATO, como demonstra o envio de tropas francesas e de tanques britânicos para a Estónia. Fala-se, neste período, de um "exército" europeu, mas na reunião dos Ministros de Defesa da União Europeia, em Abril de 2017, em Malta, o Secretário Geral da NATO, Stoltenberg, esclarece em que termos: "Ficou claramente estabelecido, da parte da União Europeia, que o seu objectivo não é constituir um novo exército europeu ou estrutura de comando em competição com a NATO, mas algo que seja complementar ao que a NATO faz".

11. O porta-aviões Itália, na frente de guerra

As Forças Armadas USA possuem em Itália (de acordo com o relatório oficial do Pentágono, *Base Structure Report*), mais de 1.500 edifícios, com uma superfície total superior a um milhão de metros quadrados e têm alugados ou como concessão, mais 800 edifícios, com uma superfície de cerca de novecentos mil metros quadrados. No total, trata-se de 2.300 edifícios com uma superfície de cerca de dois milhões de metros quadrados, espalhados por meia centena de locais. Mas, este número refere-se apenas, a uma parte da presença militar dos Estados Unidos da América em Itália.

Às bases militares USA juntam-se as da NATO, sob comando USA, e as italianas à disposição das forças USA/NATO. Estima-se que, no total, sejam mais de cem. A rede completa de bases militares está, directa ou indirectamente, às ordens do Pentágono. Está compreendida na "área de responsabilidade" do United States European Command (EUCOM), o Comando Europeu dos Estados Unidos, chefiado por um general americano que, ao mesmo tempo, ocupa o cargo de Comandante Supremo Aliado, na Europa. A "área de responsabilidade" do EUCOM, um dos seis "comandos combatentes unificados" com os quais os USA cobrem o globo, compreende a totalidade da região europeia e toda a Rússia (compreendendo a região asiática), mais alguns países da Ásia Ocidental e Central: Turquia, Israel, Geórgia, Arménia e Azerbaijão.

Na base aérea de Aviano (Pordenone) está estabelecida a *31st Fighter Wing*, a esquadrilha USA de caça bombardeiros F-16C/D, pronta para o ataque com cerca de 50 bombas nucleares B61 (número estimado pela FAS, Federação dos Cientistas Americanos, no período antecedente a 2020).

Na base aérea de Ghedi (Brescia) está instalado o 6º Esquadrão da Força Aérea Italiana, com caça bombardeiros Tornado PA-200, prontos para o ataque sob comando USA, com cerca de 20 bombas nucleares B61 (número estimado pela FAS, Federação dos Cientistas Americanos, no período antecedente a 2020).A FAS declara que os pilotos italianos estão treinados para o ataque nuclear, como demonstra a presença em Ghedi de uma das quatro unidades da US Air Force instaladas nas bases europeias (bem como em Itália, na Alemanha, Bélgica e Holanda) "onde as armas nucleares USA estão destinadas a ser lançadas pelos aviões dos países anfitriões". Os pilotos dos quatro países europeus e os pilotos turcos são treinados a usar bombas nucleares no exercício anual de guerra nuclear,

da NATO. Em 2013, desenrolou-se em Aviano, em 2014 ocorreu em Ghedi.

Às armas nucleares USA, instaladas em território italiano, cujo número real é secreto, juntam-se as que estão a bordo das unidades da Sexta Frota, cuja base principal é em Gaeta, em Lazio. A Sexta Frota depende do Comando das Forças Navais USA, na Europa, cujo quartel general se situa em Nápoles – Capodichino.

Em Vicenza, existe a base da 173ª Brigada Aerotransportada do Exército USA, que fornece forças de intervenção rápida ao Comando Europeu, ao Comando África e ao Comando Central (cuja "área de responsabilidade" compreende o Médio Oriente e Ásia Central, bem como o Egipto). As forças da 173ª Brigada, já utilizadas no Iraque, em 2003, são enviadas rotativamente para o Afeganistão, Ucrânia e outros países da Europa Oriental.

Na área de Pisa/Livorno existe Camp Darby, o maior arsenal USA no mundo, fora da mãe pátria. É a base logística do Exército USA, que fornece as forças terrestres e aéreas, americanas e aliadas, na Europa, no Médio Oriente e em África. Nos seus 125 bunkers estão armazenados, projécteis de artilharia, bombas para os aviões e mísseis, num número que pode ser estimado em mais de 1,5 milhões. Não se pode excluir que, entre as armas aéreas armazenadas em Camp Darby, tenham estado e possam estar bombas nucleares. Junto às munições para a artilharia, estão armazenados nessa base, tanques e outros veículos militares num número estimado em 2.500 unidades, juntamente com mais de 11.000 materiais militares de vários tipos. Na base é o único sítio do Exército USA onde os tanques e outros veículos de combate, estão posicionados junto às munições. Na base está o equipamento completo para dois batalhões couraçados e para duas infantarias mecanizadas, que pode ser enviado, rapidamente, para uma zona de operações através do aeroporto de Pisa (Hub aéreo militar nacional) e pelo porto de Livorno (onde podem atracar unidades de propulsão nuclear).Aqui, fazem escala, todos os meses, navios enormes que transportam armas por conta do Pentágono, ligando os portos americanos aos portos do Mediterrâneo, do Médio Oriente e da Ásia.

Numa área de Camp Darby antigamente utilizada para atividades recreativas, formalmente devolvida à Itália, serão transferidas em 2019, do quartel Gamerra de Pisa, unidades do Comando das Forças Especiais do Exército (COM.FO.S.E.), para que possam treinar melhor com os EUA sobre operações secretas em zonas de guerra.

A partir das investigações dos juízes Casson e Mastelloni, surge a evidência que Camp Darby desempenha desde os anos 60 a função básica de rede de golpes formada pela CIA e pelo SIFAR no âmbito do plano secreto «Gladio». Camp Darby é uma das bases dos USA/NATO que – escreveu Ferdinando Imposimato, Presidente Honorário do Supremo Tribunal de Cassação – forneceu os explosivos para os massacres da Piazza Fontana em Capaci e Via d'Amelio. Bases onde se reuniam "terroristas negros, funcionários da NATO, mafiosos, políticos italianos e maçons na véspera de ataques".

Camp Darby também tem a ver com a tragédia da barcaça Moby Prince, que colidiu com o navio-tanque Agip Abruzzo, na noite de 10 de Abril de 1991, no porto de Livorno. Morrem em 140 pessoas, depois de esperar durante horas em vão, por socorros. Naquela noite, no porto de Livorno, há um tráfego intenso de navios militares e militarizados dos EUA envolvidos no transbordo de armas USA, parte das quais é enviada secretamente para a Somália, Croácia e para outras áreas, não excluindo os depósitos da Gladio, em Itália. Quando a colisão ocorre, quem dirige a operação – certamente o comando USA de Camp Darby – tenta, imediatamente, cancelar qualquer prova.

Em Lago Patria (Nápoles) está a sede do Comando da Força Conjunta Aliada (JFC Naples). O seu novo quartel general, inaugurado em 2012, tem uma superfície coberta de 85 mil metros quadrados, circundado por uma vasta área cercada, predisposta para uma expansão futura. O pessoal, em aumento, é composto mais de 2.500 militares e civis. O JFC Naples da NATO está às ordens de um almirante americano, que comanda, ao mesmo tempo, as Forças Navais USA, na Europa (das quais depende a Sexta Frota) e as Forças Navais USA destinadas a África.

A cada dois anos, o JFC Naples assume o comando operacional da "Força de Resposta NATO" (NRF), uma força conjunta "altamente flexível e capaz" composta de 40 mil homens, que também tem a tarefa de conduzir operações militares na área de responsabilidade do Comandante Supremo Aliado, na Europa e para além dessa área". A ponta de lança da NRF é constituída pela sua "Task Force Conjunta de Máxima Prontidão Operacional" que, composta de 5 mil homens, pode ser enviada em 2/3 dias, para a área de intervenção "antes de se iniciar a crise".

No quartel general de Lago Patria está em funções, desde Setembro de 2017, o "Hub da Direcção Estratégica NATO para o Sul", um centro de serviços secretos (inteligência), ou seja, de espionagem, "concentrado nas regiões meridionais, compreendendo o Médio Oriente, o Norte de África e Sahel, África sub-sahariana e áreas adjacentes".

Na Sicília, a Naval Air Station (NAS) Sigonella, com um pessoal de cerca de 7.000 militares e civis, constitui a maior base naval e aéreaUSA e NATO, da região mediterrânea. Além de fornecer apoio logístico à Sexta Frota, a mesma constitui a base de lançamento de operações militares (em grande parte secretas), principalmente, mas não unicamente, no Médio Oriente e em África. A NAS – lê-se na apresentação oficial – «recebe aviões USA e NATO de todos os tipos». Entre estes, os drones espiões RQ-4B Global Hawk, capazes de voar sem abastecimento mais de 16.000 km a uma altitude de 16.000 km a 18.000 km que, de Sigonella efectuam missões de reconhecimento sobrevoando o Médio Oriente, África, Ucrânia Oriental e outras zonas. Para ataques dirigidos (quase sempre secretos) descolam de Sigonella, os drones Predator B/MQ-9 Reaper, armados de mísseis e bombas de orientação laser e via satélite.

A Naval Air Station Sigonella está integrada na base italiana de Augusta, que fornece combustível e munições às bases navais USA e NATO e, no porto de Catania, é capaz de albergar 9 navios de guerra. Para os exercícios de fogos reais, as forças especiais americanas dispõem do polígono de Pachino (Siracusa), concedido para uso exclusivo dos Estados Unidos.

Outra instalação importante americana na Sicília é a instalação MUOS de Niscemi (Caltanissetta). O MUOS (Mobile User Objective System) é um sistema de comunicações via satélites militares de alta frequência, composto de quatro satélites e de quatro estações terrestres: duas em território americano, na Virginia e no Hawaii, uma na Austrália e uma na Sicília, cada uma dotada de três grandes antenas parabólicas de 18 metros de diâmetro. Esse sistema permite ao Pentágono, ligar a uma única rede de comando e comunicações, submarinos e navios de guerra, caça bombardeiros e drones, veículos militares e departamentos terrestres, enquanto estão em movimento, em qualquer parte do mundo onde se encontrem.

Na Sardenha estão os maiores polígonos para treino das forças militares italianas e da NATO: em particular as de Salto di Quirra, Capo Teulada, Capo Frasca e Capo San Lorenzo.

Aqui, são usadas em exercícios de fogos reais, cerca de 80% das bombas, ogivas de mísseis e balas utilizadas nas manobras militares que ocorrem em Itália, com sérias consequências para a saúde da população.

12. USA e NATO rejeitam o tratado da ONU e instalam novas armas nucleares na Europa

Em 20 de Setembro de 2017 – no mesmo dia em que o Tratado sobre a proibição de armas nucleares é aberto para assinatura nas Nações Unidas – a NATO rejeita-o sonoramente. O Tratado, votado na Assembleia Geral por uma maioria de 122 Estados, obriga os Estados signatários a não produzir ou possuir armas nucleares, a não usá-las ou ameaçar usá-las, não transferi-las ou recebê-las, directa ou indirectamente, com o objectivo da sua eliminação total.

Na declaração de 20 de Setembro de 2017, o Conselho do Atlântico Norte (formado pelos representantes dos 29 Estados membros) sustenta que "o Tratado não será efectivo, não aumentará a segurança nem a paz internacional, mas poderá fazer o oposto, criando divisões e diferenças". Por conseguinte, esclarece sem usar meias palavras que "não aceitaremos nenhum argumento contido no Tratado".

O Conselho do Atlântico Norte exclui assim os parlamentos nacionais dos países membros, privando-os da soberania para decidir autonomamente se querem ou não querem, aderir ao Tratado das Nações Unidas sobre a abolição de armas nucleares. Também anuncia que "indigitaremos os nossos parceiros e todos os países dispostos a apoiar o Tratado, a reflectir seriamente sobre as suas implicações" (leia-se: vamos chantageá-los para que não o assinem ou o ratifiquem). O Conselho do Atlântico Norte reitera que "o objectivo fundamental da capacidade nuclear da NATO é preservar a paz e desencorajar a agressão" e que "enquanto existirem armas nucleares, a NATO continuará a ser uma aliança nuclear".

O Conselho do Atlântico Norte, no entanto, assegura "o forte empenho da NATO na aplicação plena do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP)". Na realidade, ele é violado pela própria NATO. Os Estados Unidos – violando o Artigo 1, que proíbe os Estados militarmente nucleares de transferir armas nucleares para outros Estados – instalaram bombas nucleares B61 em cinco países membros da Aliança: Itália, Alemanha, Bélgica, Holanda e Turquia. Estes Estados agora mencionados, violam o TNP, que no Artigo 2 proíbe os Estados militarmente não nucleares, de receber armas nucleares, nem ter controlo sobre tais armas, directa ou indirectamente.

Uma nova bomba nuclear USA, a B61-12, substituirá em 2020, a B61, actualmente instalada em Itália e noutros países europeus. A B61-12 tem uma ogiva nuclear com quatro opções de potência seleccionáveis: no momento do lançamento, é escolhida a potência da explosão, dependendo do alvo a ser atingido. Ao contrário da B61 que cai verticalmente sobre o objectivo, a bomba nuclear B61-12 é lançada à distância e guiada por um sistema de satélite. Também tem a capacidade de penetrar no subsolo, mesmo através de betão armado, explodindo em profundidade para destruir os bunkers dos centros de comando e outras estruturas subterrâneas, de modo a "decapitar" o país inimigo num *first strike* = primeiro ataque nuclear.

O programa do Pentágono prevê a construção de cerca de 500 bombas nucleares B61-12, com um custo estimado em cerca de 10 biliões de dólares (de modo que cada bomba custará o dobro do que custaria se fosse inteiramente construída em ouro). O perigo dessa

nova arma é salientado até mesmo pelo general James Cartwright, antigo Chefe do Comando Estratégico dos EUA, responsável pelas armas nucleares: “Armas nucleares de menor potência e maior precisão, aumentam a tentação de usá-las, até de usá-las primeiro, em vez de agir em retaliação”.

Fotografias de satélite mostram que foram efectuados trabalhos de restruturação para aumentar a “segurança” das bases de Aviano e Ghedi Torre, tendo em vista a instalação das bombas B61-12. Trabalhos semelhantes foram realizados na base aérea alemã de Buchel, em duas outras bases na Bélgica e na Holanda, e na base turca de Incirlic. A B61-12 pode ser lançada pelos caças F-16 e Tornado, mas, para obter toda a capacidade da bomba, são necessários aviões americanos equipados com sistemas digitais especiais: os caças F-35A, também fornecidos à Força Aérea Italiana.

O facto dos pilotos polacos também participarem no exercício de guerra nuclear da NATO, em Ghedi, pela primeira vez em 2014, indica que a B61-12 também será instalada na Polónia e noutros países da Europa Oriental. Caças NATO de dupla funcionalidade, nuclear e convencional, já estão inseridos nas Repúblicas Bálticas, junto à Rússia.

Ao mesmo tempo, os EUA e a NATO estendem sobre a Europa, o “escudo antimíssil”. Em Maio de 2016, na base aérea de Deveselu, na Roménia, é inaugurada a Aegis Ashore, a primeira instalação terrestre do sistema de mísseis Aegis dos Estados Unidos, no território europeu. O Secretário Geral da NATO, Jens Stoltenberg, agradece aos Estados Unidos porque, com esta instalação, “a primeira do seu género, com base em terra”, aumentam notavelmente a capacidade de “defender os aliados europeus contra os mísseis balísticos do exterior da área Euro-Atlântica”. Anuncia, então, o início dos trabalhos para construir na Polónia, em 2018, outro Aegis Ashore semelhante ao que entrou em operação na Roménia. Às duas instalações terrestres juntam-se quatro navios de guerra equipados com radares Aegis e mísseis SM-3 os quais, transportados pela U.S. Navy, na base espanhola de Rota, cruzam o Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Báltico. A U.S. Navy já tem cerca de 30 navios desse tipo.

Tanto nas instalações nos navios, como nas instalações terrestres, os mísseis Aegis estão equipados com lançadores verticais Mk 41, da Lockheed Martin, ou seja, tubos verticais dos quais são lançados mísseis interceptores. É o chamado “escudo”, cuja função é, na realidade, ofensiva. Se os EUA pudessem construir um sistema confiável capaz de interceptar mísseis balísticos, poderiam manter a Rússia sob a ameaça de um *first strike* nuclear, confiando na capacidade do “escudo” poder neutralizar os efeitos de retaliação. Os lançadores verticais do “escudo”, além dos mísseis interceptores, também podem lançar outros mísseis. A própria Lockheed Martin aponta que este sistema é capaz de lançar “mísseis para todas as missões”, incluindo “os de ataque de longo alcance”, como “os mísseis de cruzeiro Tomahawk”. Estes podem ser armados com uma ogiva convencional (não nuclear) ou com uma ogiva nuclear.

Portanto, não é possível saber quais são os mísseis que, realmente, estão nos lançadores verticais das bases da Roménia e da Polónia e nos que estão a bordo dos navios que cruzam os limites das águas territoriais russas. Incapaz de controlar, Moscovo parte do princípio que também existem mísseis de ataque nuclear. O transporte de lançadores verticais Mk 41 perto do território russo viola o Tratado sobre Forças Nucleares Intermédias (INF), assinado pelos EUA e a URSS em 1987.

13. USA e NATO afundam o Tratado INF

Os Estados Unidos anunciaram, em Fevereiro de 2019, a “suspensão” do Tratado INF com a Rússia e a intenção de deixá-lo definitivamente dentro de seis meses. Portanto, sentem-se à vontade para testar e instalar armas da categoria proibida pelo Tratado: mísseis nucleares de alcance curto e intermédio (entre 500 e 5500 km), com base de lançamento em terra. O Pershing II e os mísseis de cruzeiro foram instalados na década de 1980 pelos EUA nos países europeus da NATO e o SS-20 instalado pela URSS no seu território, eliminados pelo Tratado sobre Forças Nucleares Intermédias (INF), assinado em 1987, pelos Presidentes Gorbachev e Reagan.

O Tratado INF foi posto em discussão por Washington, quando os Estados Unidos viram diminuir a sua vantagem estratégica sobre a Rússia e sobre a China. Em 2014, a Administração Obama, sem exibir qualquer prova, acusou a Rússia de ter experimentado um míssil de cruzeiro (9M729) da categoria proibida pelo Tratado e, em 2015, anunciou que “em face da violação do Tratado INF pelo Rússia, os Estados Unidos estão considerando a colocação de mísseis terrestres na Europa”. O plano foi confirmado pela Administração Trump: em 2018, o Congresso autorizou o financiamento de “um programa de pesquisa e desenvolvimento de um míssil de cruzeiro lançado do solo por uma plataforma móvel em estrada”. Por seu lado, Moscovo negou que o seu míssil de cruzeiro violasse o Tratado e, por sua vez, acusou Washington de ter instalado mísseis interceptores (os do “escudo”) na Polónia e na Roménia, que podem ser usados para lançar mísseis de cruzeiro com ogivas nucleares.

Neste contexto, deve ter-se em conta o factor geográfico: enquanto um míssil nuclear de alcance intermedio, instalado na Europa, pode atingir Moscovo, um míssil semelhante, colocado pela Rússia no seu território, pode atingir as capitais europeias, mas nunca Washington. Invertendo o cenário, é como se a Rússia dispusesse os seus mísseis nucleares de alcance intermédio no México.

O plano USA de abandonar o Tratado INF foi totalmente apoiado pelos aliados europeus da NATO. O Conselho do Atlântico Norte declarou, em 4 de Dezembro de 2018, que “o Tratado INF está em perigo devido às acções da Rússia”, acusada de estabelecer “um sistema de mísseis desestabilizadores”. O próprio Conselho do Atlântico Norte declarou ontem, “o seu apoio total à acção dos EUA de suspender as suas obrigações a respeito do Tratado INF” e intimou a Rússia a “empregar os seis meses restantes para regressar ao pleno cumprimento do Tratado”.

Para a ruína do Tratado INF também contribuiu a União Europeia que, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de Dezembro de 2018, votou contra a resolução apresentada pela Rússia sobre a “Preservação e observância do Tratado INF”, rejeitada por 46 votos. contra 43 e 78 abstenções. A União Europeia – da qual 21 dos 27 membros fazem parte da NATO (como faz parte a Grã-Bretanha, de saída da UE) – alinhou-se completamente com a posição da NATO que, por sua vez, se alinhou com a dos Estados Unidos. Portanto, na realidade, a União Europeia também deu luz verde à possível instalação de novos mísseis nucleares USA, na Europa, incluso, em Itália.Mais uma vez, é ignorada a advertência lançada pelo Presidente Vladimir Putin, em Fevereiro de 2019: “A Rússia será forçada a criar e instalar sistemas de armas que possam ser usados não somente contra os territórios de onde vem essa ameaça directa, mas também contra aqueles territórios onde estão localizados os centros de tomada de decisão, de onde pode vir a ordem de usar estas armas contra nós”. Por outras palavras, se os EUA instalarem mísseis nucleares de alcance intermédio, na Europa, apontados para a Rússia, a Rússia lançará mísseis nucleares destinados aos territórios europeus onde os mísseis norte-americanos são utilizados e, ao

mesmo tempo, contra territórios dos EUA onde estão os centros de comando e controlo desses mísseis.

14. O Império Americano do Ocidente lança a cartada da guerra

Um vasto arco de tensões e conflitos estende-se da Ásia Oriental à Ásia Central, do Médio Oriente à Europa, da África à America Latina. Os "pontos quentes" ao longo deste arco intercontinental – Península Coreana, Mar da China Meridional, Afeganistão, Síria, Iraque, Irão, Ucrânia, Líbia, Venezuela e outros – têm histórias e características geopolíticas diferentes, com factores específicos sócio-económicos internos, mas, ao mesmo tempo, estão ligados por um único factor: a estratégia com a qual os Estados Unidos da América procuram manter a sua posição de superpotência dominante.

Os Estados Unidos ainda são a primeira potência económica do mundo, sobretudo graças aos capitais e aos mecanismos com que dominam o mercado financeiro global,às multinacionais com que exploram os recursos humanos e materiais de cada continente, à alta tecnologia e às patentes relacionadas na sua posse, ao papel penetrante dos seus grupos de multimedia que influenciam as opiniões e os gostos de biliões de utentes à escala planetária.

A sua supremacia é, no entanto, ameaçada pelo aparecimento de novos Estados e sujeitos sociais. A ser desafiado pela Rússia, pela China e por outros países, não é apenas o poder esmagador do petrodólar (moeda de reserva derivada da venda de petróleo), mas a própria hegemonia do dólar. O seu valor é determinado não pela capacidade económica real dos EUA, mas pelo facto de constituir quase dois terços das reservas monetárias mundiais e ser a moeda com a qual é estabelecido o preço do petróleo, do ouro e de outras matérias-primas nos mercados globais e das mercadorias em geral.

Isto permite que a Reserva Federal, o Banco Central (que é um banco privado), imprimam milhares de biliões de dólares com os quais é financiada a colossal dívida pública americana – cerca de 23 triliões de dólares – através da compra de títulos e outros documentos emitidos pelo Tesouro. Nesse contexto, a decisão tomada pela Venezuela, em 2017, de libertar o preço do petróleo do dólar e vinculá-lo ao yuan chinês provoca um choque que faz tremer todo o palácio imperial fundado sobre o dólar. Se o exemplo da Venezuela se espalhasse, se o dólar deixasse de ser a moeda dominante do comércio internacional e das reservas cambiais, uma quantidade imensa de dólares seria colocada no mercado, reduzindo o valor da moeda norte-americana.

Washington olha com crescente preocupação, sobretudo para a parceria russo-chinesa: o intercâmbio entre os dois países está em forte crescimento; aumentam, ao mesmo tempo, os acordos de cooperação russo-chineses em energia, agricultura, aeronáutica, espaço e infraestrutura. O fornecimento de gás russo para a China através do novo gasoducto Sila Sibiri, a partir de 2019, abre o caminho para as exportações russas de energia para o Oriente, enquanto os EUA tentam bloquear o caminho para o Ocidente em direcção à Europa.

No Oriente Médio, além da intervenção militar que bloqueia o plano USA/NATO para demolir o Estado sírio, a Rússia usa instrumentos económicos, estipulando, em 2017, acordos com o Irão para a construção de infraestrutura ferroviária e energética, incluindo um gasoducto entre o Irão e a Índia, fortemente oposto pelos EUA. Washington responde com um movimento previamente acordado com Israel: o Presidente Trump ataca violentamente o

Irão, acusando-o de violar "o espírito" do acordo nuclear de Teerão, em 2015, com o grupo 5 + 1 (EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha , China e Rússia). Apesar da própria Agência Internacional de Energia Atómica garantir que o Irão está cumprindo o acordo e que não está a tentar fabricar armas nucleares, a questão é reaberta artificialmente, iniciando um processo perigoso com resultados imprevisíveis. O ataque de Washington é dirigido não apenas contra o Irão, mas contra a Rússia, que está a reafirmar a sua presença no Médio Oriente.

"Moscovo – escreve o *The New York Times* – tenta, através da gigantesca companhia petrolífera estatal, Rosneft, ganhar influência em lugares onde os Estados Unidos tropeçaram. Os seus esforços são devidos também, à necessidade, pois que as sanções americanas e europeias forçaram a Rosneft a encontrar novos parceiros e investimentos noutros lugares, em áreas turbulentas onde os interesses americanos estão em risco. A aposta maior para a Rosneft é a Venezuela. Em três anos, a Rússia e a Venezuela forneceram a Caracas, assistência financeira num total de 10 biliões de dólares, ajudando a Venezuela a evitar o default, sob um peso de um débito de 150 biliões de dólares. A Rússia está a usar cada vez mais o petróleo como instrumento bem como a espalhar a sua influência no mundo e a desafiar os interesses dos EUA".

Um desafio crescente aos interesses dos EUA chega, simultaneamente, da China. O maior exportador de mercadorias do mundo, subiu, relativamente ao produto nacional bruto, para o segundo lugar no mundo, depois dos Estados Unidos, e registou taxas de crescimento económico mais altas do que as dos Estados Unidos. O projecto mais ambicioso, lançado pela China em 2013 e partilhado pela Rússia, é o da nova Rota da Seda: uma rede rodoviária e ferroviária entre a China e a Europa através da Ásia Central e Ocidental e através da Rússia, aproximadamente ao longo da rota da antiga Rota da Seda. O projecto, já em construção, prevê, juntamente com a rota terrestre, uma rota marítima pelo Oceano Índico, pelo Mar Vermelho e pelo Mediterrâneo. Para as infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, que devem atravessar e ligar mais de 60 países, são esperados investimentos de mais de 1 bilião de dólares. O projecto, que não inclui componentes militares, não é simplesmente económico. Se fosse realizado de acordo com a ideia original, remodelaria a arquitectura geopolítica de toda a Eurásia, criando, com base na conveniência mútua, uma nova rede de relações económicas e políticas entre os Estados do continente.

O impulso para remodelar a ordem económica global não vem apenas dos grandes protagonistas estatais, como a China e a Rússia, que querem um mundo que não seja mais unipolar, mas multipolar. Esse impulos chega, sob múltiplas formas e graus de consciência, de imensos sujeitos sociais, biliões de seres humanos que, em todos os continentes, sofrem as consequências da actual ordem económica global. Uma globalização económica centrada na procura do lucro máximo que, enquanto, por um lado, destroi as fronteiras para que o capital e os produtos possam circular livremente, por outro, estabelece outras fronteiras, invisíveis mas não menos concretas, que excluem a maioria da população mundial dos benefícios daquele crescimento económico. construído com os recursos humanos e com os materiais de todo o mundo. Este sistema cria, no mundo, uma crescente polarização entre riqueza e pobreza. Mais de 85% da riqueza global (em termos de dinheiro e propriedades) está concentrada nas mãos de 8% da população adulta do mundo. Os restantes 92% possuem apenas 14% da riqueza global. Mais de 3 biliões e meio de pessoas, representando quase três quartos da população adulta global, têm um total de menos de 2,5% da riqueza global.

Mais de 2 biliões de pessoas em África, na Ásia e na América Latina, especialmente nas

áreas rurais, vivem na pobreza ou, pelo menos, em condições de graves dificuldades económicas. Entre elas, cerca de um bilião estão em extrema pobreza, isto é, numa condição social caracterizada por desnutrição crónica,em situação de higiene e habitação desastrosas, alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias, elevadda mortalidade, acima de tudo, nas crianças, curta duração de vida, analfabetismo, falta de poder de decisão, dependência, marginalização, vulnerabilidade e insegurança constante. Das aldeias da África subsaariana até às favelas da Ásia e da América Latina, os pobres experimentam o mesmo drama causado pelas mesmas causas de fundo.

É esta ordem económica global que os Estados Unidos procuram, por todos os meios, preservar e controlar. O objectivo estratégico perseguido por Washington é claro: remover qualquer Estado ou movimento político/social que possa prejudicar os interesses políticos, económicos e militares fundamentais dos Estados Unidos da América, colocando em risco a sua supremacia. Nesta estratégia, eles são apoiados pelas potências europeias da NATO e outras, como Israel e Japão, que, apesar de ter contrastes de interesses com os EUA, alinham-se sob a liderança dos EUA quando se trata de defender a ordem económica e política dominada pelo Ocidente. Não tendo a força económica para fazê-lo, os Estados Unidos e os seus aliados jogam, cada vez mais, a cartada da guerra.

Além das guerras propriamente ditas, Washington conduz, cada vez mais, "guerras não convencionais" através de "operações encobertas", isto é, secretas. Ocupa-se disso a Comunidade de Inteligência/Serviços Secretos, formada por 17 organizações federais. Além da CIA (Agência Central de Inteligência), existe a DIA (Agência de Inteligência da Defesa), mas cada sector das Forças Armadas – Exército, Força Aérea, Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais – tem seu próprio serviço secreto. O Departamento de Estado e o Departamento de Segurança Interna possuem-no. Entre esses serviços, em feroz competição entre si, a fim de obter apoio político e fundos federais, desempenha um papel primordial, a NSA (National Security Agency), especializada em intercepções telefónicas e informáticas, por meio das quais não são só espiados os inimigos, mas também os amigos dos EUA, como confirma o "datagate" suscitado pelas revelações do antigo contrante Edward Snowden.

As acções de campo são efectuadas pelo USSOCOM, o Comando das Forças Especiais, que possui dezenas de milhares de comandos dos quatro sectores das forças armadas. Conforme surge a partir de uma investigação do *Washington Post,* as forças das operações especiais estão instaladas em 75 países. O USSOCOM emprega, ao mesmo tempo, empresas militares privadas. Na área do Comando Central USA, que também inclui o Iraque e o Afeganistão, os contratantes do Pentágono são mais de 150.000. Adicionam-se os assumidos por outros departamentos e pelos exércitos aliados, cujo número é desconhecido, mas, de certeza que é elevado. Todos pertencem ao exército sombra privado, que apoia o exército oficial.

A tudo isto junta-se o "exército humanitário" formado por todas aquelas "organizações não-governamentais" que, dotadas de enormes meios, são utilizadas pela CIA e pelo Departamento de Estado para acções internas de desestabilização em nome da "defesa dos direitos dos cidadãos". No mesmo âmbito, enquadra-se a acção do grupo Bilderberg – que o magistrado Ferdinando Imposimato denunciou como "um dos líderes da estratégia de tensão e massacres" em Itália – e da *Open Society* do "investidor e filantropo George Soros", criador das "Revoluções coloridas".

Os Estados Unidos – que desde 1945 causaram com suas guerras e golpes de Estado, mais de 20 a 30 milhões de mortos (mais outras de centenas de milhões causadas pelos efeitos

indirectos de tais acções) – estão dispostos a fazer qualquer coisa para preservar a sua superioridade militar, sobre a qual baseiam o seu império, que se está a desmoronar com o surgimento de um mundo multipolar. No âmbito desta estratégia, as decisões políticas são tomadas antes de tudo pelo "Estado Profundo/Deep State", um centro subterrâneo do verdadeiro poder detido pelas oligarquias económicas, financeiras e militares americanas.

15. O sistema de guerra planetária USA/NATO

Na «geografia do Pentágono», o mundo está dividido em «áreas de responsabilidade», cada uma confiada a um dos seis Comandos Combatentes Unificados dos Estados Unidos: O Comando Norte, cobre a América do Norte; o Comando Sul, o Centro e a América do Sul; o Comando Europeu, a região que compreende a Europa e toda a Rússia; o Comando África, o continente africano (salvo o Egipto, que se agrupa no Comando Central); o Comando Central, o Mediterrâneo e a Ásia Central; o Comando Pacífico, a região da Ásia/Pacífico.

Cada um dos Comandos Combatentes Unificados é composto por comandos de diversos componentes das Forças Armadas USA, naquela área. Por exemplo, o Comando Europeu dos Estados Unidos é formado por: Exército USA na Europa, Forças Aéreas USA na Europa, Forças Navais USA na Europa, Forças Marines USA na Europa, Comando de Operações Especiais USA na Europa. O comando de cada força está articulado, por sua vez, numa série de sub-comandos e unidades. Por exemplo, o Exército USA, na Europa, tem 22.

Aos seis comandos geográficos juntam-se-lhes três comandos operativos à escala global: o Comando Estratégico, responsável pelas forças nucleares terrestres, aéreas e navais, das operações militares no espaço e espaço cibernético, do ataque global, da guerra electrónica e da defesa dos mísseis; o Comando para as Operações Especiais, com um comando específico em cada uma das seis áreas mais um na Coreia, responsável pela guerra não-convencional, pelas operações contra revoluções, pela operações psicológicas e por quaisquer outras missões ordenadas pelo Presidente ou pelo Secretário da Defesa; o Comando para o Transporte, responsável pela mobilidade dos soldados e armamentos por terra, ar e mar, a nível mundial.

Os Estados Unidos da América são o único país a ter uma presença militar à escala global, em cada continente e região do mundo. O Pentágono é directamente proprietário de 4.800 bases e outras instalações militares, quer nos USA, quer no estrangeiro, compreendendo 560.000 edifícios e estruturas (tipo estruturas ferroviárias, oleoductos e pistas de aeroportos). Segundo os dados oficiais do Pentágono, os Estados Unidos têm cerca de 800 bases e outras instalações militares em mais de 70 países, sobretudo em volta da Rússia e da China, muitas mais em uso ou secretas. Essas bases servem para uma rotação contínua de forças, que são aumentadas rapidamente com as transferidas das bases dos Estados Unidos, para concentrá-las em determinados teatros bélicos. Os países em que são distribuídas tropas americanas, compreendendo aqueles que não têm bases militares, são mais de 170. Entre militares, empregados civis e familiares, o Pentágono mantém permanentemente no estrangeiro cerca de meio milhão de cidadãos americanos.

Na peugada dos Estados Unidos move-se a NATO, a aliança sob o comando USA que agora não tem mais fronteiras. Na Europa – depois de se ter estendido para a área do antigo Pacto de Varsóvia, da antiga URSS e da antiga Jugoslávia – está a absorver a Ucrânia. Na Ásia Central, a NATO está a incorporar a Geórgia que, já integrada nas suas operações, é candidata a tornar-se membro pleno da Aliança. A NATO também continua a "aprofundar a cooperação" com o Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão,

para combater a União Económica da Eurásia (que inclui a Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, Arménia e Quirguistão). Também permanece empenhada no Afeganistão, país de grande importância geoestratégica nas fronteiras da Rússia e da China.

Na Ásia Ocidental, a NATO continua a operação militar encoberta contra a Síria e prepara outras (o Irão está sempre na mira). Ao mesmo tempo, está a fortalecer a parceria (testada na guerra contra a Líbia) com quatro monarquias do Golfo – Bahrein, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Qatar – e cooperação militar com a Arábia Saudita que está a matar no Iémen com bombas de fragmentação fornecidas pelos EUA. Na Ásia Oriental, a NATO concluiu com o Japão um acordo estratégico que "amplia e aprofunda a longa parceria", que se une a um acordo semelhante com a Austrália, em função anti-chinesa e anti-russa. Com a mesma finalidade, os principais países da NATO (incluindo a Itália) participam a cada dois anos, no Pacífico, naquilo que o comando da Frota USA designa como "o maior exercício marítimo do mundo". Em África, depois de demolir a Líbia, a NATO está a aumentar a assistência militar à União Africana, a quem também fornece "planeamento e transporte naval", dentro da estrutura estratégica do Comando da África dos Estados Unidos. Na América Latina, a NATO assinou um "Acordo de Segurança" com a Colômbia, que, já recrutada nos programas militares da Aliança (entre os quais, a formação de forças especiais), se tornou "o primeiro parceiro da NATO na América Latina". Portanto, a NATO tem influência e autoridade no plano subversivo contra a República Bolivariana da Venezuela.

16. Para sair do sistema de guerra da NATO

Enquanto a aceleração dos conflitos em curso faz aumentar o risco de uma grande guerra que, com o uso de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa, colocaria em risco a própria existência da Humanidade e do Planeta Terra, é de importância vital, multiplicar esforços para sair do sistema de guerra. Isto levanta a questão da adesão da Itália à NATO.

Há quem diga que se pode permanecer na NATO mantendo a sua autonomia de escolha, ou seja, tendo a possibilidade de decidir de vez em quando no Parlamento nacional se participa ou não, de uma iniciativa específica da Aliança Atlântica. Ilusão ou muito pior. No Conselho do Atlântico Norte, segundo estabelecem as regras da NATO, "não há voto nem decisão maioritária", mas "as decisões são tomadas por unanimidade e por mútuo acordo", isto é, de acordo com os Estados Unidos da América a quem pertence, por direito, a posição de Comandante Supremo Aliado na Europa e outros comandos importantes, incluindo o do Grupo de Planeamento Nuclear.

No grande espetáculo mediático da política, mágicos e acrobatas lançam apelos para um mundo sem armas nucleares, ou seja, para algo que actualmente é impossível, mas nada fazem para alcançar o que hoje seria possível: uma batalha política decisiva para libertar a Itália de armas nucleares, que não servem à nossa segurança, mas que nos expõem a riscos acrescidos. É o único modo, através do qual, em Itália, se pode realmente contribuir para desarmar a escalada que leva à guerra nuclear, concretizando um verdadeiro passo em direcção à eliminação total das armas nucleares.

Para fazê-lo, precisamos lutar em campo aberto para que a Itália cesse de violar o Tratado de Não-Proliferação que ratificou, forçando os Estados Unidos a remover imediatamente as suas armas nucleares do nosso território nacional e, ao mesmo tempo, para que a Itália

libertando-se, adira ao Tratado das Nações Unidas sobre a proibição de armas nucleares.

Os princípios da nossa Constituição e os verdadeiros interesses nacionais tornam, ao mesmo tempo, indispensável a remoção do nosso território nacional não só das armas nucleares, mas das bases USA e NATO sob o comando dos EUA. Por outras palavras, deve-se infringir o Grande Tabu que domina o mundo político e institucional, indicando claramente o objectivo a ser alcançado: a saída da Itália da NATO e a saída da NATO da Itália, para contribuir para a dissolução da Aliança Atlântica e de qualquer outra aliança militar. Objectivo considerado louco para quem vê a Aliança Atlântica como algo sagrado e intocável; considerado perigoso por aqueles que sabem que, colocando-se contra a NATO, colocam em risco a sua carreira política; considerado impossível para aqueles que pensam que uma Itália soberana e neutra não pode existir.

Os obstáculos que se interpõem para alcançar este objectivo são enormes. O Poder dominante baseia a sua força não apenas em instrumentos políticos, económicos e militares, mas no controlo das mentes, tornado possível por um aparelho mediático que, sobretudo através da televisão, induz a acreditar que só existe o que se vê e não existe o que não se vê. O controlo das mentes por meio do aparelho mediático dominante permite, por um lado, tranquilizar a opinião pública, escondendo as ameaças reais, e, por outro, alarmá-la, fazendo aparecer hologramas de inimigos perigosos, para assim justificar políticas de rearmamento, operações militares e guerras, justificando ao mesmo tempo uma despesa militar que, em Itália, chega a cerca de 70 milhões de euros por dia e, de acordo com os compromissos assumidos na NATO, terá de subir para cerca de 100 milhões de euros por dia. E, sempre em função do controlo da mente, cria-se o espetáculo daqueles que, após terem apoiado as guerras que demoliram Estados inteiros (o último, o Estado da Líbia)tendo provocado êxodos maciços dramáticos, estão hoje na primeira fila para acolher de braços abertos, as vítimas dessas mesmas guerras.

Portanto, a grande maioria não sabe nada ou quase nada sobre os mecanismos que determinam a cada vez mais rápida escalada da guerra, tornando ainda mais real o cenário da terceira (e última) guerra mundial – a guerra termonuclear. É falado em pequenos círculos de “insiders”, em “salas cinzentas” (com referência à cor do cabelo) das quais os jovens estão praticamente ausentes. Trata-se de sair do armário, encontrar modos e linguagens para fazer as pessoas conpreenderem que o tempo se está a esgotar, que é absolutamente necessário mover-se enquanto estamos a tempo. O que devemos fazer está nas mãos de cada um de nós.

Em face do perigo iminente, devemos demonstrar que ainda existe uma Itália que se lembra, não apenas por palavras, da sua própria Constituição; uma Itália para a qual a palavra “soberania” não é apenas um termo de uso para mudança política; uma Itália que se recusa a permanecer enjaulada numa aliança que, sob comando estrangeiro, nos prejudica e nos leva à catástrofe; uma Itália capaz de sair da visão anti-histórica de um Ocidente arreigado na defesa da sua supremacia; uma Itália capaz de desempenhar um papel activo na construção de um mundo multipolar no qual se concretizam as aspirações dos povos à liberdade e à justiça social, baseadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Texto nas línguas siguientes :

DANSK DEUTSCH ENGLISH ESPAÑOL FRANÇAIS ITALIANO NEDERLANDS PORTUGUÊS ROMÎNA SLOVENSKÝ SVENSKA TÜRKÇE РУССКИЙ

GRUPO DE TRABALHO:

Francesco Cappello, Giulietto Chiesa, Franco Dinelli, Manlio Dinucci, Berenice Galli, Germana Leoni von Dohnanyi, Jeff Hoffman, Giuseppe Padovano, Marie-Ange Patrizio, Jean Toschi M. Visconti, Luisa Vasconcelos, Fernando Zolli

BIBLIOGRAFIA

- The White House, *Immediate Release*, *Statement by the President of the United States*, 7 agosto 1945, Harry S. Truman Library
- Paul H. Johnston, *Progetto Apocalisse / I piani del Pentagono per la guerra nucleare: memorie di un osservatore impotente / Prefazione e postfazione di Diana Johnston,* Zambon Editore, 2017
- International Physicians for the Prevention of Nuclear War, *L'ultimo aiuto / Le dimensioni mediche della guerra nucleare*, Mazzotta, 1983.
- Herbert L. Abrams e AAVV, *Le implicazioni mediche e sociali della guerra nucleare / Presentazione dei Premi Nobel Daniel Bovet e Carlo Rubbia*, Edizioni GB, 1988
- The New York Times, *1950s U.S. Nuclear Target List Offers Chilling Insight*, 22 dicembre 2015
- Secreatariat of The Antarctic Treaty, *The Antarctic Treaty*, 1959
- UNOOSA, *Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies*, 1966
- United Nations Office for Disarmament Affairs, *Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (NPT)*, 1968
- FAS, *Anti-Ballistic Missile Treaty*, 1972
- The National Security Archives, Israeli Nuclear History, 2017
- The Sunday Times, *Revealed: the secrets of Israel's nuclear arsenal*, 5 ottobre 1986.
- The New York Times, *South Africa Says It Built 6 Atom Bombs*, 25 marzo 1993
- Defence Forum India, *India's Nuclear Weapons Program 1944-1999*, 2001
- FAS, A *Brief History of Pakistan's Nuclear Program*, 2002
- Hans M. KristensenRobert S. Norris, *Global nuclear weapons inventories, 1945-2013*, op. cit.
- Peter Pringle and William Arkin*, Single Integrated Operational Plan (SIOP) – The Secret US Plan for Nuclear War*, 1983

· U.S. DEPARTMENT OF STATE, TREATY BETWEEN THE UNITED STATES OF AMERICA AND THE UNION OF SOVIET SOCIALIST REPUBLICS ON THE ELIMINATION OF THEIR INTERMEDIATE-RANGE AND SHORTER-RANGE MISSILES (INF TREATY), 1987

- The President of the United States, *The National Security Strategy of the United States*, the White House, 1991
- U.S. Department of Defense, *Defense Planning Guidance for the Fiscal Years 1994-1999*), The New York Times, 8 marzo 1992
- Manfred Wörner, *L'Alleanza Atlantica nella nuova era*, Notizie Nato, febbraio 1991
- NATO, *The Alliance's New Strategic Concept, agreed by the Heads of State and Government participating in the Meeting of the North Atlantic Council,* 7 novembre 1991
- NATO, ,*Statement on Kosovo issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington, D.C*, 23 aprile 1999.

- NATO, *The Alliance's Strategic Concept approved by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Washington D.C.*, 24 aprile 1999
- Ministero della Difesa, *Modello di Difesa / Lineamenti di sviluppo delle FF.AA. negli anni '90*, Roma, ottobre 1991
- NATO, *Enlargement*, 2017
- U.S. Departmento of State, *Treaty Between the United States of America and the Russian Federation On Strategic Offensive Reductions (The Moscow Treaty)*, 2002
- FAS, *North Korea Nuclear Weapons Program*, 2017
- Michel Chossudovsky, *The 9/11 Reader*: *The September 11, 2001 Terror Attacks*, Global Research, 11 settembre 2012
- Michel Chossudovsky, Finian Cunningham, *The Iraq War Reader: A History of War Crimes and Genocide. The Unleashing of America's New Global Militarism*, Global Research, 27 maggio 2012
- NATO, *Statement on Libya, following the working lunch of NATO Ministers of Foreign Affairs with non-NATO contributors to Operation Unified Protector*, 14 aprile 2011
- Tim Anderson, *The Dirty War on Syria*, Global Research, 2016
- Eric Zuesse, *What America's Coup in Ukraine Did*, Global Research, 24 marzo 2017
- Los Angeles Times, *There's more than the CIA and FBI: The 17 agencies that make up the U.S. intelligence community*, 17 gennaio 2017
- The Washington Post, *Obama outlines plans to expand U.S. Special Operations forces in Syria*, 28 aprile 2016
- Allied Joint Force Command, *NATO "Hub" to address challenges from the south*, 27 luglio 2017

· Luigi Grimaldi, *Il Moby Prince e quelle navi di armi americane*, Famiglia Cristiana, 4 novembre 2015

· Ferdinando Imposimato, *La Repubblica delle stragi impunite*, Newton Compton, 2012

· Nukewatch, *B61-12 Bomb: Worth Its Weight In Gold- And Causing A Lot Of Trouble*, settembre 2017

· Hans Kristensen, *B61-12: The New Guided Standoff Nuclear Bomb*, Third Preparatory Committee Meeting for the Nuclear Non-Proliferation Treaty United Nations, New York, 2 maggio 2014

· Lockheed Martin, *Mk-41 Vertical Launching System*, 2017

- Hans M. Kristensen, Matthew McKinzie, Theodore A. Postol, *How US nuclear force modernization is undermining strategic stability: The burst-height compensating super-fuze*, Bulletin of Atomic Scientists, 1 marzo 2017
- Pravda, *Russian defence industry ready to build 100-ton monster ICBM and ghost trains*, 6 luglio 2017
- Jeff Halper, *La guerra contro il popolo*, edizioni epoké, 2017
- Russia Insider, *Putin/Xi Plan to Bypass the Dollar Is a True Bombshell – A Report From the BRICS Summit*, 8 settembre 2017
- Il Sole 24 Ore, *La Cina prepara la sfida ai petrodollari*, 7 settembre 2017
- The New York Times, *Russia Uses Its Oil Giant, Rosneft, as a Foreign Policy Tool*, 29 ottobre 2017
- The New York Times, *Behind China's $1 Trillion Plan to Shake Up the Economic Order*, 13 maggio 2017

- Credit Suisse Research Institute, *The Global Wealth Report*, 2016
- The Fiscal Times, *F-35 Total Costs Climb Past $1.5 Trillion — How High Will They Go?*, 13 luglio 2017
- Ministero della Difesa, *Libro Bianco per la sicurezza internazionale e la difesa*, luglio 2015
- United Nations General Assembly, *Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons*, 7 luglio 2017
- Michel Chossudodovsky, Towards a World War III Scenario, Global Research, 2012
- Jean Toschi Marazzani Visconti, *Il Corridoio / Viaggio nella Jugoslavia in guerra*, La Città del Sole, 2006 / *La Porta d'ingresso dell'Islam / Bosnia Erzegovina:un paese ingovernabile*, Zambon Editore, 2016
- Giulietto Chiesa

È arrivata la bufera, Piemme, 2015

Что, вместо катастрофа, Mosca 2016 *Putinfobia*, Piemme 2016*Руссофобия 2.0*. Eksmo, Moscow, 2017 *Rusofobie 2.0*. Editions du Cercle, Paris*Rusofobija*, Albatros, Belgrado, 2016
Caos Globale, Revoluzione Ed., 2017Глобалний Каос, Moscow 2018

- Manlio Dinucci

Coautore con Daniel Bovet e prefazione di Ernesto Balducci, *Tempesta del deserto / Le armi del Nord, il dramma del Sud*, Edizioni Cultura della Pace, 1991

Hyperwar, Edizioni Cultura della Pace, 1991

Coautore con U.Allegretti e D.Gallo, *La strategia dell'impero / Dalle direttive del Pentagono al Nuovo Modello di Difesa*, Edizioni Cultura della Pace, 1992

L'Arte della guerra / Annali della strategia USA/NATO (1990-2016), Zambon Editore, 2016

Diario di guerra, Asterios Editore, 2018

Guerra nucleare – Il giorno prima / Da Hiroshima a oggi: chi e come ci porta alla catastrofe, Zambon Editore, 2017

- Germana Leoni von Dohnanyi, *Lo Stato Profondo*, Imprimatur, 2017
- Francesco Cappello, *Ricchezza fittizia povertà artificiosa*, Edizioni ETS, 2018

The original source of this article is COMITE NO GUERRA NO NATO
Copyright © Comité No Guerra no Nato, COMITE NO GUERRA NO NATO, 2019

Comment on Global Research Articles on our Facebook page

Become a Member of Global Research

Articles by: Comité No Guerra no Nato

Disclaimer: The contents of this article are of sole responsibility of the author(s). The Centre for Research on Globalization will not be responsible for any inaccurate or incorrect statement in this article. The Centre of Research on Globalization grants permission to cross-post Global Research articles on community internet sites as long the source and copyright are acknowledged together with a hyperlink to the original Global Research article. For publication of Global Research articles in print or other forms including commercial internet sites, contact: publications@globalresearch.ca

www.globalresearch.ca contains copyrighted material the use of which has not always been specifically authorized by the copyright owner. We are making such material available to our readers under the provisions of "fair use" in an effort to advance a better understanding of political, economic and social issues. The material on this site is distributed without profit to those who have expressed a prior interest in receiving it for research and educational purposes. If you wish to use copyrighted material for purposes other than "fair use" you must request permission from the copyright owner.

For media inquiries: publications@globalresearch.ca